

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

KENNARD EMERSON GASPAR SERRA

**A REVOLTA DA VACINA DE 1904: NOTÍCIAS FALSAS E RESISTÊNCIA À
IMUNIZAÇÃO NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA NO BRASIL**

São Luís
2022

KENNARD EMERSON GASPAR SERRA

**A REVOLTA DA VACINA DE 1904: NOTÍCIAS FALSAS E RESISTÊNCIA À
IMUNIZAÇÃO NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, *campus* São Luís, para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Dr^a. Elizabeth Sousa Abranches

São Luís
2022

Serra, Kennard Emerson Gaspar.

A Revolta da Vacina de 1904: notícias falsas e resistência à imunização nos primórdios da República no Brasil / Kennard Emerson Gaspar Serra. – São Luís, 2022.

86 f

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

1. Vacina. 2. Notícias falsas. 3. Saúde pública. I. Título.

CDU 070.16:94(81).075

KENNARD EMERSON GASPAR SERRA

**A REVOLTA DA VACINA DE 1904: NOTÍCIAS FALSAS E RESISTÊNCIA À
IMUNIZAÇÃO NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, *campus* São Luís, para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Dr^a. Elizabeth Sousa Abranches

Aprovada em 29 / 07 / 2022

A BANCA EXAMINADORA

Elizabeth Sousa Abrantes

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

Universidade Estadual do Maranhão

Júlia Constança P. Camêlo

Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo

Universidade Estadual do Maranhão

Raíssa Gabrielle Vieira Cirino

Profa. Dra. Raíssa Gabrielle Vieira Cirino

Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Dedico os meus agradecimentos inicialmente a Deus por essa difícil, mas satisfatória jornada de mais de 4 anos de intensa leitura, avaliações e aprendizado no curso de licenciatura em História na Universidade Estadual do Maranhão.

Queria agradecer o grande apoio dos meus familiares, meus dois irmãos, o meu sobrinho, e à minha sobrinha que me acompanhou em uma parte dessa jornada no período do ensino remoto. Também agradeço o meu pai José Inácio Serra e a minha mãe Maria Gaspar Serra, pelo incentivo constante sobre a importância da educação e da obtenção de um diploma de graduação para um melhor desenvolvimento do pensamento crítico individual e de poder entender a sociedade e contribuir com esse conhecimento adquirido por anos de estudo nessa referida universidade.

Queria agradecer imensamente a Universidade Estadual do Maranhão e por todos os professores do curso de Licenciatura em História que lecionaram para mim nessa jornada que foi longa, mas que me propiciou um desenvolvimento que me estimulou a pensar de forma muito mais abrangente e interdisciplinar.

Queria agradecer imensamente a minha orientadora, Professora Doutora Elizabeth Sousa Abrantes que ministrou duas disciplinas para mim, Maranhão Império e Maranhão República, onde além das ótimas aulas, o livre exercício de manifestação de pensamento era bastante estimulado e respeitado, e que prontamente se disponibilizou como orientadora e me auxiliou sempre que eu precisei na construção do TCC.

Queria agradecer a todos que auxiliaram de forma direta e indireta nesse projeto.

*“Lutar por uma verdade é algo totalmente distinto de **lutar** pela verdade”*

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as notícias falsas e a resistência à imunização nos primórdios da República no Brasil no contexto da Revolta da Vacina. Para a consecução desse objetivo, foi realizada uma pesquisa em notícias de jornais, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado com trabalhos importantes sobre o tema proposto. A Revolta da Vacina é uma pesquisa importante porque ela dialoga com um passado de movimento contrário a aplicação de vacinas que se estende até os dias atuais. Inicialmente a pesquisa analisou a política de imunização obrigatória no Brasil colonial, imperial e republicano, destacando os fatores do poder público e a resistência de uma parcela população em aceitar a vacinação. Analisei o movimento positivista, sua filosofia e o uso de notícias falsas nos jornais para desencorajar a população de que o imunizante antivariólico tinha segurança e eficácia. A pesquisa utilizou também uma metodologia que analisou a questão vacinal e também o investimento em saúde pública pelo poder republicano para situar todo o contexto em que se originou a Revolta da Vacina.

Palavras-chave: Vacina. Notícias falsas. Saúde pública.

ABSTRACT

The present work aims to show the historical, cultural and social factors that resulted in the outbreak of the Vaccine Revolt that took place in the city of Rio de Janeiro in 1904. In order to achieve this objective, a research was carried out in newspaper news, articles , master's dissertations and doctoral theses that have important works on the proposed topic. The Vaccine Revolt is an important research because it dialogues with a past of movement against the application of vaccines that extends to the present day. Initially, the research analyzed the mandatory immunization policy in colonial, imperial and republican Brazil, highlighting the factors of public power and the resistance of a portion of the population to accept vaccination. I analyzed the positivist movement, its philosophy and the use of fake news in newspapers to discourage the population that the smallpox immunizer was safe and effective. The research also used a methodology that analyzed the vaccine issue and also the investment in public health by the republican power to situate the entire context in which the Vaccine Revolt originated.

Keywords: Vaccine. Fake News. Public health.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: A VACINA CONTRA A VARÍOLA NO BRASIL IMPERIAL E REPUBLICANO.....	13
1.1 OS POSITIVISTAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO E DE SUA POSIÇÃO CONTRÁRIA A VACINA.....	21
1.2 SAÚDE PÚBLICA E VACINA NO ESTADO REPUBLICANO.....	29
CAPÍTULO 2: O MÉTODO HIGIENISTA DO BRASIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA.....	36
2.1 VACINA, URBANIZAÇÃO E MÉTODOS SANITÁRIOS REPRESSIVOS.....	42
2.2 VACINA COERCITIVA E DARWINISMO SOCIAL: UMA REFLEXÃO DO DIÁLOGO NA SAÚDE PÚBLICA.....	48
CAPÍTULO 3: O PROBLEMA DAS FAKE NEWS CONTRA A VACINA NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA.....	58
3.1 OS JORNAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS EM RELAÇÃO A VACINA.....	62
3.2 OS IMPACTOS DAS NOTÍCIAS FALSAS SOBRE A VACINA NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
FONTES.....	80
BIBLIOGRAFIA.....	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge diante da necessidade de compreender melhor os motivos que levaram a eclosão da Revolta da Vacina no Brasil, tendo como objetivo analisar os fatores que causaram a revolta, como o autoritarismo higienista, legislação vacinal compulsória, além dos fatores históricos, culturais e a disseminação de notícias falsas nesse contexto. A Revolta ocorrida em novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro é muitas vezes conhecida como um fato isolado na História do Brasil, mas a recusa vacinal é anterior à revolta e tem raízes históricas e culturais muito fortes no Brasil ainda nos tempos do Império.

Chalhoub assim diz:

[...] O enviado do governo imperial chegara ao interior sabendo que o “único preservativo que a ciência aconselhava” contra a varíola era a vacina. No entanto, constatou a “falta absoluta de vacinação entre os habitantes”, e estes residiam fortemente ao alvitre. Teixeira procurou utilizar a estratégia do convencimento, mas o “povo[...] se achava então sob o triste preconceito, de que a vacina, em tempo de epidemias, longe de ser um grande benefício, era pelo contrário um passo dado para contrair a moléstia”. O médico conseguiu vacinar 54 pessoas em dois meses de luta contra a doença. Não consta do relatório o número exato de habitantes do povoado de Porto Novo do Cunha, mas somos informados [...] que contava com cerca de 3 mil “almas” (CHALHOUB, 1996, p. 125).

Diante dessas raízes antivacinais que eram profundas na sociedade brasileira em meados do Oitocentos e início do século XX, é importante trazer ao conhecimento os motivos de uma parcela significativa da população brasileira ser bem resiliente em relação à aplicação da vacina contra a varíola.

O Brasil era um País onde inúmeras doenças afligiam a população, então o médico sanitariano Oswaldo Cruz (1872-1917), sob o comando da pasta da saúde na gestão da então presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), conseguiu de maneira eficaz combater a febre amarela e a peste bubônica, iniciando um plano de saúde pública para mitigar os efeitos nocivos da propagação da varíola (COSTA, 1956).

Além dos constantes problemas de doenças na então Capital Federal, que era o Rio de Janeiro, a cidade sofria de vários problemas de infraestrutura e ausência de saneamento básico, o que agravava o quadro epidemiológico da cidade.

Pouco antes, de fato, a campanha de saneamento havia desencadeado o processo de extermínio dos ratos, transmissores da peste bubônica e dos mosquitos, agentes de transmissão da febre amarela, assim como a eliminação das pocilgas, paus e depósitos de detritos. Ora, o chefe da polícia, nesse relatório que estamos citando, compara os participantes da revolta ao resíduo, à sujeira infecta que tem de ser evacuada e suprimida, ao referir-se a eles como “o pessoal habituado ao crime, o rebotalho ou as fezes sociais”. A expressão não é muito bonita, mas é altamente reveladora da mentalidade que planejou a repressão e do campo simbólico em que a incluiu, visando legitimá-la. (SEVCENKO, 2018, p. 53-54).

Observando todos esses problemas relacionados à saúde pública, saneamento básico precário e questões culturais, e em alguns casos religiosos, esse trabalho visa justamente entender o contexto que propiciou essa revolta. A ausência de vacinação contribuiu para o aumento de mortes e de doentes no Brasil naqueles anos iniciais da República em decorrência da varíola, por isso será feita uma reflexão da importância da vacinação como medida profilática.

Este trabalho contou com a utilização da bibliografia de livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e notícias de jornais pesquisados na hemeroteca digital. Além da introdução, ele conta com três capítulos. O capítulo 01 faz uma análise da vacinação no Brasil no referido período, detalhando a introdução da vacina jenneriana no Brasil e os oponentes da imunização antivariólica. O capítulo 02 analisa a questão de como a saúde pública conduzia as medidas de prevenção contra as doenças de maneira coercitiva, não havendo diálogo ou qualquer aviso na tomada de decisões. O capítulo 03 aborda as questões da disseminação de notícias falsas em relação a vacina contra a varíola nos jornais da época, a importância desses periódicos perante a opinião pública e a mudança de comportamento por conta do uso massivo de notícias que desencorajavam o uso do imunizante.

O uso dos jornais como fonte primária surgiu diante da necessidade de mostrar como já havia notícias falsas que eram disseminadas massivamente com o nítido objetivo de desinformar a população por meio do único instrumento de comunicação de massa da época que eram os jornais. A Hemeroteca Digital que disponibiliza de forma online inúmeros jornais, revistas, discursos de políticos e demais outros documentos históricos importantes, chegou ao meu conhecimento através das aulas ministradas pelos docentes do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão durante o período da graduação, fazendo com que esse estímulo das aulas fosse a inspiração para usar essa ferramenta como forma de pesquisa.

No fim do trabalho apresentamos as considerações finais onde é feito um balanço do que foi apresentado, a importância dessa pesquisa para melhor entender a Revolta da Vacina e

os seus desdobramentos, evidenciando os aspectos históricos da vacinação e resistência da mesma, o papel dos positivistas e jornais nesse processo de desinformação da população acerca da segurança da vacina jenneriana e a repressão habitual do poder público contra os mais pobres na cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1: A VACINA CONTRA A VARÍOLA NO BRASIL

De acordo com Shimizu (2018), a vacina chegou no Brasil no ano de 1804, portanto, ainda na época da colônia e antes da chegada da família real portuguesa para o Brasil (1808). Dessa forma, podemos notar que as autoridades de saúde pública no Brasil se interessaram em adotar a vacina como meio de conter a disseminação da varíola.

Sobre a vacina de Jenner podemos afirmar que:

Jenner foi um médico e naturalista de origem britânica. [...]. Estudou medicina em Londres e retornou à cidade natal para exercer a profissão. Ele tinha uma infinidade de interesses, realizou pesquisas em vários campos, mas ficou conhecido pelo evento histórico e científico relacionado ao desenvolvimento, à sistematização e eficácia da primeira vacina registrada cientificamente na história da medicina ocidental, a vacina antivariólica. (DURÃES; MONTEIRO; OLIVEIRA, 2019, p. 2).

A revolta que ocorreu devido à lei que obrigava todos os cidadãos a se imunizarem contra a varíola foi um fato preponderante, mas houve outras medidas que eram extremamente coercitivas que levaram a população da capital federal a se manifestar de forma tenaz contra as medidas despóticas de vacinação e obras de melhorias como a limpeza urbana, alargamento de ruas, avenidas e investimento rápido e autoritário em saneamento básico sem um diálogo com a sociedade. Carvalho assim relata:

[...] O trabalho começou em abril de 1903. Brigadas sanitárias, compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica[...]. (CARVALHO, 1987, p.94).

As autoridades sanitárias no Brasil sempre foram ciosas em relação à compra do imunizante jenneriano e sua aplicação na população do Brasil, mas os métodos de imunização utilizados eram discricionários no Brasil Império (1822-1889) e República Velha (1889-1930). Não havia uma política de saúde pública que visava esclarecer os benefícios da aplicação da vacina contra a varíola, fosse a letra da lei, fosse a condução da imunização nas pessoas, os métodos eram basicamente doloridos para a população, levando a uma forte resistência a sua aplicação.

Em relação à vacinação propriamente dita, o procedimento não era menos bárbaro. Como dissemos, na maior parte do século XIX, ela era iniciada com a aplicação do líquido proveniente da pústula de uma vaca acometida pelo *cowpox* e repassada diretamente de homem a homem através da aplicação do pus das pústulas decorrentes da vacinação. A partir do último quartel do século XIX, esta forma de vacinação cairia em desuso, dando lugar à vacina animal. Esta nova prática, embora tivesse o mesmo princípio da técnica precedente, era replicada a partir das próprias pústulas das vacas (posteriormente, a partir da pele de vitelos), eliminando a prática da inoculação braço a braço. A vacina era aplicada na região do braço pela escarificação da pele com objeto cortante e colocação da linfa através de grossas agulhas. Quando a vacina “pegava”, causava uma pústula local dolorida e de demorada cura, indicando que o paciente havia adquirido imunidade ao mal. A dificuldade desse processo era uma das causas da grande resistência à vacinação observada no início do século XX (GAZÊTA, 2006, p. 35).

O Brasil tinha inúmeros problemas no Oitocentos, o Estado Nacional estava se formando, protestos de ordem social, pressões para o fim do trabalho servil, luta para fortalecer as instituições imperiais e doenças graves como a varíola traziam instabilidade para o jovem imperador Pedro de Alcântara. Era uma moléstia que se disseminava com severidade e apesar da vacinação contra essa enfermidade existir desde o início do século XIX era difícil a sua aplicação e ela continuava a preocupar as autoridades do Império.

O adolescente Pedro de Alcântara assumiu o trono em 1840 e nos cinquenta anos que se seguiram, seu nome não pode ser desvinculado dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Personalidade histórica e país se confundiam: jovens, inexperientes, ambos tentavam se firmar como governante e governado. D. Pedro II teve que garantir a unidade territorial, equilibrar-se nos devaneios da política, consolidar as instituições de um país novo e independente, mas repleto de problemas, que incluíam os cuidados à saúde de sua ínfima, mas crescente, população. Dentre os flagelos presentes estava a varíola. (CAMERCINE; GURGEL, ROSA, 2011, p.56)

Esses problemas de ordem social e sanitária chegaram até a República recém-proclamada. Embora houvesse um discurso modernizante, que os republicanos sanariam os problemas nacionais, isso de fato não ocorreu. Os positivistas tiveram uma forte influência no movimento que culminou na derrubada do Império, muitos integrantes do Governo de Deodoro da Fonseca eram adeptos da filosofia comtista. Alegavam deliberadamente que a República traria um perfil modernizante e científico para o Brasil.

É importante situar brevemente o leitor brasileiro com relação à importância que a filosofia positivista também assumiu no contexto de formação das nossas ideias, compreendendo que as realidades nacionais foram responsáveis

por reconstruções históricas distintas em relação às correntes de pensamento. A filosofia positivista no Brasil, atingiu força e relevo enquanto filosofia, a partir das últimas décadas do século XIX. Foi nesse contexto que se forjou uma nova definição do espaço institucional da ciência e dos papéis sociais do cientista. Além disso, o positivismo também teve grande importância na implantação da República no Brasil e se expandiu de forma intensa na universidade, como a filosofia capaz de oferecer o “progresso científico da nação”. A influência desta filosofia se estendeu por toda a formação cultural brasileira, na medida em que fundamentou as concepções de modernidade entre os fins do século XIX e início do XX, além de atuar como suporte ideológico e fundamental no projeto de construção e afirmação de uma ordem social no Brasil e de definição do científico como forte componente do ideário da inteligência brasileira. (SANTOS, 2015, p. 387).

Segundo Carvalho (1987), os governos de Campos Sales e Rodrigues Alves foram gestões marcadas por grandes crises de ordem econômica e um descontentamento geral da sociedade brasileira. Operários das fábricas, fazendeiros e industriais estavam extremamente descontentes com o cenário caótico da alta dos preços e desemprego acentuado, o cenário perfeito para a eclosão de manifestações de rua exigindo melhorias de vida para a população. Crise econômica e social foi um cenário perfeito para agravar a crise sanitária, pois a cidade do Rio de Janeiro era extremamente insalubre, com focos de doenças, inclusive a varíola, cujo único programa de saúde eficaz era a vacinação. Visando transformar a cidade do Rio de Janeiro em um local mais moderno, o governo federal estabeleceu um programa de obras públicas e instituiu a vacinação obrigatória para todos.

Carvalho afirma assim:

[...] Em dezembro de 1889, um mês depois da Proclamação da República, o governo provisório renovava a obrigatoriedade para crianças de até seis meses de idade. A partir daí, até 1903, uma série de decretos foi ampliando a exigência da vacinação para os alunos de escolas públicas, civis e militares, para os empregados dos correios, para os detentos e menores recolhidos a asilos públicos. Mas, como a própria vacina, que as vezes não pegava, essas leis não pegaram, especialmente as que estendiam a obrigatoriedade a todos os cidadãos. (CARVALHO, 1987, p.96).

Segundo Cardoso (1988), o Brasil era uma sociedade extremamente racista em relação aos negros, com raízes históricas profundas, datadas inclusive desde o período colonial. O Brasil foi o último País das Américas a abolir o uso da mão de obra servil, e durante esse processo os negros que tinha sido formalmente libertados da escravidão, continuaram com os seus direitos civis e de cidadania extremamente restringidos. Em relação à saúde pública e a vacinação contra a varíola não foi diferente, a população negra era a que tinha a menor taxa de imunização e a maior mortalidade, quadro que diferia da população branca.

Pereira afirma assim:

Assim como ocorria com outras doenças, a epidemia de varíola de 1908, um dos maiores surtos da doença registrado na cidade, também não afetou a população de forma proporcional. Enquanto o índice de mortalidade para a população branca foi de 7,77 para cada 1000 habitantes, para os pardos foi de 20,4 e os negros de 53,45. Essa diferença também foi resultado da maior resistência de parte da população pobre à vacinação devido a fatores anteriormente mencionados. Adamo (1983) não apresenta dados para 1908, mas encontra uma mortalidade de 394,7 (em 100.000 habitantes) para brancos e de 591,6 para negros em 1904 e de 20,6 e 40,7, respectivamente, para 1915. Apesar da forte queda na mortalidade entre 1904 e 1915, mesmo após os programas de vacinação, a população negra morria de varíola a uma taxa duas vezes maior. (PEREIRA, 2016, p.459)

Eram problemas estruturais que se avolumavam na sociedade brasileira, o poder público disponibilizava o imunizante que era efetivo e seguro contra a varíola, mas falhava em estabelecer uma política de saneamento básico adequado e uma explicação mais detalhada sobre os métodos de vacinação. As dificuldades sobre o projeto de vacinação obrigatória eram disseminadas nos jornais que mostravam o empenho parlamentar contra a imunização compulsória.

O representante pernambucano sr. Bricio Filho combateu hontem, mais uma vez, o projecto de vacinação obrigatoria. S. ex. estranhou que a commissão de orçamento desse parecer contrario á emenda do sr. Rodrigues Doria determinando que o fornecimento da lympha vaccinica aos Estados fosse gratuita. Isso foi feito, em emenda, por que, apesar do regulamento sanitario, o sr. Diretor da hygiene cobrou 5 contos mensaes pelo fornecimento de soro contra a peste no estado do Maranhão e se recusou á fornecer á Bahia, por que o Governo desse Estado não quiz pagar. (Jornal do Brasil, 21 de setembro de 1904).

O Estado republicano tinha suas mazelas estruturais, corrupção, ineficiência e incapacidade de fazer um elo de comunicação verdadeiramente democrático com a sociedade brasileira. A tomada de decisões não se modificou com o fim do Império, o modus operandi do poder estatal não buscou mecanismos verdadeiramente democráticos com a Proclamação da República.

Segundo Mir (2004), o Estado brasileiro com as suas instituições imperiais e republicanas não tinham diferenças em sua estrutura de dominação das classes mais baixas. A violência fazia parte do programa de ambos os regimes, nada de uma política inclusiva das pessoas mais humildes, então o projeto de lei de imunização jenneriana contra a varíola não

atenderia outro modelo que não fosse algum tipo de coerção, pois as autoridades públicas já estavam acostumadas a agir sem parcimônia, era utilizando a lei do mais forte. Podemos notar assim.

O Estado republicano é uma máquina de manter a subjugação de uma etnia dominadora sobre as outras, a exemplo da base central que foram os proprietários dos escravos para o poder imperial. As formas de violência e dominação mudaram com a independência, o Estado imperial mudaria com a abolição, mas a República continuaria mantendo o modelo econômico escravista. O Estado brasileiro na totalidade do tempo foi escravista, quer fosse um império ou uma república, aristocrática ou democrática. Esse poder etnicista reconhecia apenas os membros das etnias dominantes, os únicos cidadãos com plenos direitos. As formas de governo étnico variaram extraordinariamente na história brasileira, mas a sua essência é, de regra, a mesma: etnias dominantes, extremistas e violentas (MIR, 2004 p.61).

Era parte da tradição cultural política do Brasil não haver uma consulta sobre os anseios da população, pois na época da Revolta da Vacina, poucos brasileiros tinham o direito de votar, e os que o faziam, eram um número de apenas 1,5% da população que realmente ia as urnas escolher os seus representantes (CARVALHO, 1987). Diante desse quadro de distanciamento eleitoral muito expandido, não é difícil supor que as autoridades do País recorriam a métodos pouco ortodoxos na tomada de suas decisões, e com a vacinação não foi diferente.

Podemos ver especificamente os desafios que a sociedade encontrava pela frente, principalmente os negros e os setores economicamente mais desfavorecidos. A desigualdade social era gritante, o poder público e a campanha do médico Oswaldo Cruz não conseguiram convencer a população de que a vacinação contra a varíola era importante na prevenção dessa doença. Com o absentismo eleitoral, os políticos não se importavam com as demandas de certos setores mais excluídos, e Oswaldo Cruz, embora fosse um cientista renomado e capacitado para enfrentar a varíola e outras doenças, o autoritarismo foi determinante na aplicação da política vacinal, mesmo com a baixa procura pelo imunizante antivariólico.

Cruz também enfrentou a peste bubônica combatendo os ratos portadores da doença. Instituiu um serviço de matança desses roedores e estabeleceu a cota mensal de 150 animais por empregado. Aqueles que excedessem esse número seriam premiados à razão de sessenta réis por cabeça. Como medida complementar, adotou o uso de gás Clayton em esgotos. Sabia, entretanto, que eliminar o vetor da peste não era suficiente; era preciso conjugar esse método com a vacinação, que, lamentava ele, tinha baixa adesão da população. Os postos vacínicos que montou recebiam poucos interessados no profilático. (CARRETA, 2011, p. 685).

O desinteresse da população pelo imunizante era muito grande, em parte pelas políticas antidemocráticas de saúde pública tomadas pela direção de Oswaldo Cruz, outra parte pela disseminação de notícias falsas que questionavam a eficácia das vacinas e a ausência de liberdade do indivíduo em dispor do próprio corpo para tomar a vacina ou não. Embora seja um bem que ajudaria toda a sociedade, essa lei de vacinação obrigatória deveria ter sido realizada sob os auspícios da sociedade civil, não poderia ter sido feita de cima para baixo, sem a sondagem da opinião pública.

Segundo Scevcenko (2018), logo após a aprovação da lei que instituiu a imunização obrigatória, a população se rebelou, houve uma resposta rápida para essa demanda, ocorreu discursos inflamados, reuniões entre o povo mais humilde grupos políticos de tendência trabalhista, tudo com o objetivo de sustar essa lei que eles consideravam intervencionista demais nos assuntos particulares do cidadão.

Essa situação dramática diante de um cenário terrificante de alastramento da doença, só demonstrou que a democracia republicana era extremamente restritiva, os anseios da população mais humilde eram tratados com bastante displicência, mas a sociedade tinha a sua própria sondagem de opinião, vários setores regiam aos desmandos do poder estatal, a sociedade nem sempre era engolida pelo governo sem expor a sua indignação diante daquilo que eles consideram uma arbitrariedade contra os seus direitos fundamentais a liberdade individual.

Podemos considerar a Revolta da Vacina como um evento de grande importância na história nacional, pois foi um movimento que uniu setores da imprensa, deputados, senadores e as camadas populares que se sentiram coagidos pelo poder público, muito embora o processo que estava sendo debatido era uma questão de saúde pública que era a vacinação contra a varíola, doença que ainda grassava com bastante força em 1904 no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro. A interferência na vida privada era um dos fatores para essa antipatia da população.

A importância de se retornar à Revolta da Vacina se justifica porque não houve, desde o início do processo de constitucionalização no Brasil com a Constituição de 1824, nenhum outro evento histórico que tenha tido a mesma repercussão, motivado por uma discussão sobre os limites e possibilidades da intervenção estatal na vida privada para prevenir e controlar as pestes, afinal, a revolta venceu a invasão do Estado na vida privada das pessoas, que resistiram violentamente, levando à revogação da lei de vacinação obrigatória após os protestos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. (PAULA, 2016, p.122).

A desinformação e ausência de uma instrução adequada da população, aliada a uma campanha de blitzkrieg de vacinação feita por Oswaldo Cruz, minou por completo qualquer possibilidade de vitória contra a varíola, que era a principal oponente da população. O poder público tem o dever e a obrigação de cuidar dos seus cidadãos, provendo educação, segurança pública e saúde para cuidar dos doentes que necessitam de um atendimento médico e ambulatorial.

Foi nesse contexto que o poder público falhou em não prover a população do Rio de Janeiro através das medidas necessárias de uma sociedade verdadeiramente democrática. O uso indiscriminado de forças de segurança pública para realizar obras de infraestrutura e saneamento básico, como ocorreu sob a gestão do Presidente Rodrigues Alves e capitaneadas pelos seus auxiliares diretos, Pereira Passos e Oswaldo Cruz, não lograram o êxito por que foi feita de maneira atabalhoada.

Os cuidados necessários para que essa política de atendimento para a cobertura vacinal se efetivasse, era preciso o estabelecimento de uma política de dignidade para a população mais pobre e desassistida. Com moradias precárias, sem o asseamento adequado, efluentes domésticos sem tratamento, todo esse cenário caótico em que vivia a população do Rio de Janeiro dificilmente traria um resultado de aceitação por parte da população através dessa maneira antidemocrática de tratar a saúde pública.

Segundo Sevcenko (2018), o médico responsável pela política de vacinação no Brasil em 1904 elaborou um decreto sem qualquer consulta prévia à população em que a imprensa divulgou os termos do documento, o que acabou acarretando uma forte indignação na população da capital federal.

O regulamento era extremamente rígido, abrangendo desde recém nascidos até idosos, impondo vacinações, exames e reexames, ameaçando com multas pesadas e demissões sumárias, limitando os espaços para recursos, defesas e omissões. O objetivo era uma campanha massiva, rápida, sem quaisquer embaraços e fulminante: o mais amplo sucesso, no mais curto prazo. Não havia qualquer preocupação com a preparação psicológica da população, de quem só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela. (SEVCENKO, 2018, p. 10).

A letra da lei era extremamente rígida em relação à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, não havia margens para deixar quaisquer dúvidas para o cidadão escapar da aplicação do imunizante. A população brasileira apesar da forte repressão estatal e exclusão históricas, sempre se manifestou politicamente, se organizou e conseguiu alguma forma de resistência em

relação aos abusos do poder público. Muito embora a política do poder executivo em relação à imunização compulsória fosse de certa forma correta, a condução dessa política de saúde pública foi tomada de forma equivocada, pois os cidadãos excluídos que não tem moradia, saneamento básico, emprego bem remunerado, também conseguem se manifestar, exigir melhorias no trato com os recursos públicos e pela adoção de um atendimento médico de qualidade.

O método higienista de Oswaldo Cruz era assim:

Partindo de uma concepção alargada de doença - da qual fariam parte não só os 'doentes físicos', como 'mentais' e 'morais' - insistiam os médicos higienistas em uma primazia de sua atividade perante a vontade do indivíduo e em nome dos desígnios da coletividade. O profissional médico separava-se, dessa maneira, da ingerência de outros políticos e especialistas, exigindo independência em sua atividade e autonomia no seu diagnóstico. É esse o tom do discurso de Oswaldo Cruz quando em 1904, antes da famosa Revolta da Vacina, declarava ao *Jornal do Comércio* (1904: 9) : "Preciso de recursos e da mais completa independência de ação. O governo me dará tudo que necessito, deixando-me livre na escolha de meus auxiliares, sem nenhuma interferência política". A ditadura sanitária era a única resposta que esses médicos conheciam diante da realidade desse país, descrito por Miguel Pereira, "como um grande hospital" (CLICK et al., 2003, p. 177-178 apud Brasil Médico, 1910, p.93).

A violência organizada pelas autoridades e aplicadas contra a população era algo constante, por isso o projeto de lei que previa a imunização obrigatória não considerou os direitos básicos de liberdade de escolha e de autonomia em relação ao próprio corpo. O Império foi destituído, mas o poder republicano assumiu as mesmas características de uso contínuo do aparato repressor contra as camadas mais humildes, gerando protestos da mesma. Era uma situação de abuso constante, uma República oligárquica voltada para atender interesses lucrativos de poucas camadas da sociedade, restando para a população das periferias e dos cortiços apenas a lei do mais forte, onde imperava uma repressão semipermanente.

Mais do que evidência de ímpeto disciplinador dos médicos, a violência com que o poder público brasileiro executava as leis e projetos de saneamento repetia a forma tradicional de relação entre dominantes e dominados. As ações repressivas em nome das medidas higiênicas aprovadas nos congressos médicos eram realizadas quase sempre sob a coordenação do secretário de polícia, a quem cabia vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão aos infratores. A repressão grosseira, mais do que as sutilezas disciplinadoras, foi, portanto, o instrumento por excelência do movimento higienista brasileiro. A polícia era a presença mais concreta do Estado junto ao povo, tanto que, segundo jornais da época, nas rebeliões de rua as forças repressivas eram o alvo mais frequente do povo rebelado: a fúria

popular voltava-se contra o chefe de Polícia, o comandante da Brigada Policial, os policiais e os guardas civis, os quartéis, os postos policiais e o prédio do Ministério da Justiça. (PATTO, 1999, p. 183).

É perceptível que o nível de repressão durante o período da República Velha era uma política oficial que servia de reduto para a adoção de qualquer programa político no Brasil. As próprias questões que visavam trazer a saúde pública para melhorar a qualidade de vida da população não eram tratadas com métodos pedagógicos tradicionais, eram como um caso de polícia. A comunidade médica do Brasil nos tempos da Revolta da vacina se preocupava mais em garantir a ordem social por meio do policiamento do que com medicamentos e vacinas para garantir uma expectativa de vida maior para a população.

Todo esse cenário de intimidação e adoção da violência pelas autoridades sanitárias, também causavam uma forte reação das camadas baixas da sociedade, onde as forças legalistas eram o alvo constante dessa reação popular. Como Oswaldo Cruz era um grande defensor das políticas de saúde pública adotadas de forma autoritária, o povo não iria reagir sem violência ao projeto extremamente antidemocrático de vacinação compulsória. A sociedade republicana era racista, excludente e hierarquizada, onde, para usar a expressão retirada do livro de Raymundo Faoro, “os donos do poder”, sempre se achavam no direito de tomar as decisões de forma totalmente alheia ao que a população almejava. Ambos os lados da contenda iriam se chocar de forma mais acentuada.

No próximo subitem será analisado a oposição dos positivistas no Brasil ao projeto de lei que previa a imunização compulsória, bem como a reflexão filosófica sobre a obrigatoriedade da vacinação.

1.1 Os Positivistas no Brasil: uma análise do movimento e de sua posição contrária a vacina

O positivismo foi uma filosofia política muito conhecido no Brasil, suscitando dúvidas acerca da sua real influência no pensamento brasileiro. Segundo Costa (1956), o movimento positivista tinha seguidores no Brasil, mas ele já estava em decadência logo após a Proclamação da República, tanto que outras correntes como o darwinismo e spencerismo traziam uma inspiração e seguidores de forma bem mais acentuada no Brasil. Os positivistas tinham uma imagem bem negativa, sempre evocando a questão de pedir um regime ditatorial afastava bastante a ala de políticos liberais que tinham muita relutância em relação ao movimento comtista.

Sobre o movimento positivista podemos afirmar:

Mas, e o positivismo? Quando dizemos positivismo, entendemos logo duas coisas, ligadas por uma relação de parte e de todo, de gênero dentro da espécie. É a filosofia e a religião de Augusto Comte e o modo próprio de encarar a existência e os valores peculiares ao século XIX, do qual Augusto Comte foi a mais perfeita cristalização. [...] O que pretende Augusto Comte? Uma filosofia do homem e da história, de caráter puramente empírico, bastando dizer que nega o materialismo por metafísico: a ciência nada nos informa a respeito da existência exclusiva da matéria. Não sabemos se há matéria ou se há espírito: vemos os fenômenos. Só há fisiologia do sistema nervoso. Todos os nossos atos são funções do corpo ou da sociedade. Ora, que pese à boa vontade e ao sincero pacifismo de Comte esta afirmação do caráter somático de nossos atos está na raiz de todos os males do presente. (TORRES, 2018, p. 24-25).

Essa seria a filosofia do movimento positivista original, já o positivismo brasileiro tinha seus aspectos particulares e peculiares específicos de interpretação, com suas contradições e dificuldades, mas com a sua própria originalidade ideológica.

Eram essas as suas características:

[...] Esta evasão à realidade, tão freqüente em certas formas da inteligência brasileira assume aspectos paradoxais, contraditórios, no positivismo brasileiro. Há nele, é certo, como muito bem observou Sérgio Buarque de Holanda, essa fuga à realidade, uma coerência que não parece própria à fluidez e à mobilidade que caracterizam a vida brasileira. No entanto, sob a rigidez doutrinária com que se apresenta o positivismo no Brasil, também parece corresponder a certos aspectos muito reais do nosso país. O Positivismo não morreu de todo no Brasil. Desapareceu, ou quase desapareceu, na sua forma religiosa e pouca influência tem sob a forma política. Mas, cremos, o seu espírito, contraditório, e aparentemente paradoxal, mantém-se difuso ainda no pensamento brasileiro. (COSTA, 1956, p 111-112)

Mas de qualquer forma, os positivistas tinham um espaço na imprensa e alguns políticos no Brasil professavam a filosofia positivista, como o Senador paraense Lauro Sodré. Ter um espaço nos periódicos abria uma fonte importante de divulgação, pois as suas ideias poderiam ser veiculadas de forma livre, fazendo com que as pessoas pudessem conhecer a filosofia positivista no Brasil através dessas leituras de cunho popular.

Se os positivistas não eram extremamente populares entre a maioria dos círculos de prestígio intelectual, político e científico, ela encontrou um porto seguro onde os seus adeptos pregavam livremente à sua filosofia, que seria o Apostolado Positivista, localizado na cidade do Rio de Janeiro e nos jornais, onde as suas diatribes antivacinas eram divulgadas.

(CARVALHO, 1987). Podemos observar que os positivistas eram oponentes da vacinação sob qualquer pretexto que pudesse invadir o terreno da individualidade do cidadão.

Por estas e outras, os nossos positivistas eram contra a vacina obrigatória. Contestavam o seu valor científico e achavam que era imoral o que para eles era mais importante ainda. E, ficando provado o valor científico da vacina, competiria apenas ao governo aconselhar e não tornar o seu uso obrigatório. Ao governo, como *poder temporal*, compete apenas orientar a atividade prática e industrial, cabendo ao *poder espiritual* tudo quanto fosse concernente ao homem, corpo e alma. Logo, a decretação da obrigatoriedade da vacina, como a elaboração de uma reforma de ensino, é invasão do temporal nos domínios do espiritual. O governo, de acordo com esta tese, não pode determinar se tal matéria científica é certa ou errada. E obrigando certa vacina reconhece verdadeira a teoria em que se baseia ela. Para os positivistas isso seria tão grave como o governo decretar que as missas fossem rezadas em português. (TORRES, 2018, p. 252).

Os positivistas eram visceralmente contrários a vacinação no Brasil, recorrendo a métodos de disseminação de notícias falsas para angariar o apoio necessário de políticos e a população comum. Essa pregação que colocava em dúvida o método jennერიano de imunização contra a varíola tinha uma certa aceitação de congressistas positivistas opositores do governo federal e da população mais humilde que se sentia agredida com as políticas violentas de urbanização de Pereira Passos e de vacinação obrigatória de Oswaldo Cruz. Ambos agiam de forma autoritária, sem qualquer consulta prévia da população, fosse para melhorias de saneamento básico ou para a imunização, as forças policiais sempre estavam prontas para agir com severidade contra os mais pobres.

Enquanto os positivistas no Rio de Janeiro que se opunham ao esquema vacinal proposto pelo Médico Oswaldo Cruz, o líder original do movimento positivista nunca manifestou qualquer tipo de antipatia contra a vacina de Jenner (CRUZ, 1956). Auguste Comte não tinha essas ideias contrárias ao imunizante antivariólico, essa linha filosófica de interpretação do pensamento comtiano contrário a obrigatoriedade da vacina era uma interpretação exclusivamente brasileira. Além de Comte não se opor a vacinação contra varíola, ele aceitava a sua aplicação dentro da normalidade, sem qualquer intransigência.

Vê-se, por aqui, que o Positivismo não é responsável pelas opiniões individuais de alguns de seus adeptos brasileiros, acerca da teoria microbiana, da assepsia, da vacina, etc., pois, inclusive, quanto à vacina, tanto a apreciava Comte que cogitou incluir o nome de Jenner no Calendário Positivista. [...]. Há, nesta questão, dois aspectos que devem ser nitidamente separados - o do mérito profilático da vacina (que nada tem a ver com o Positivismo, tanto

que discípulos diretos de Comte, ortodoxos como os que mais o tenham sido, o aceitavam sem reservas) e o da sua obrigatoriedade (LINS, 1964, p. 63-64).

O positivismo brasileiro adotou essa interpretação de não aceitação da vacinação obrigatória, nesse ponto o movimento atendia as reivindicações da população brasileira, quer por ausência de uma informação qualificada, quer por raízes culturais e históricas, eram resistentes a vacinação antes mesmo do positivismo no Brasil criar o Apostolado positivista. Dentro desse contexto, não podemos isolar os positivistas como os únicos responsáveis pelo movimento antivacina que culminou na Revolta da Vacina.

Já observamos que a população brasileira não tinha efetivamente conhecimento de que o imunizante podia evitar casos graves e mortes, além da forma dolorida em que a lanceta causava no paciente que recebia a vacina, havia outros fatores culturais e religiosos que alimentavam o preconceito contra a vacinação. Hoje em dia parece ser normal a aplicação de vacinas contra as doenças como o sarampo, coqueluche, poliomielite dentre outras em crianças no Brasil, sendo obrigatório pela legislação e não existia antes da pandemia de Covid 19, um movimento tão contrário a vacina no Brasil. Mas no século XIX, a população não era tão propensa a se vacinar, aliado ao fato das dificuldades dos vacinadores em adentrar nos lugares mais afastados dos grandes centros e aplicar o imunizante antivariólico. Dentro desse contexto preexistente de antipatia vacinal, os positivistas já encontraram um terreno fértil para criar essa contestação mais empedernida contra a vacina de Jenner.

Mas os positivistas não eram o único grupo político que desconfiava das vacinas. No Brasil, havia outras figuras de relevância no cenário nacional que, de uma maneira ou de outra, acabavam por dar musculatura ao movimento antivacinal. Havia jornalistas, políticos e médicos importantes que também nutriam uma forte oposição ao imunizante jenneriano. Então é perceptível que os positivistas não eram uma seita isolada que pregava sem o apoio direto ou indireto de outros segmentos da sociedade. O Brasil possuía uma sociedade extremamente fragmentada e diversificada, não seria diferente em relação ao movimento que combatia a lei de vacinação compulsória, além do Apostolado positivista, inúmeras pessoas de relevância e prestígio se levantaram contra a política autoritária de Oswaldo Cruz.

Mas, o que não tem sido dito, não eram só os positivistas ligados ao Apostolado os que salientavam os perigos da vacina. Entre nós, incluem-se entre os seus opositores nada menos do que Rui Barbosa, Joaquim Murтинho e Barata Ribeiro, este último pediatra de fama, além de catedrático de ortopedia da Escola de Medicina. Será, porém, tal assunto mais detidamente examinado a propósito do Apostolado Positivista do Brasil. (LINS, 1964, p. 64).

Os positivistas podiam ser o grupo mais histriônico em relação à oposição ao imunizante compulsório, mas não eram os únicos. Havia o grande jurista Ruy Barbosa, que fora um dos artifices da constituição republicana de 1891 que fazia parte do segmento intelectual que confrontava a vacina. O povo mais humilde que geralmente sofria uma forte repressão nas questões concernentes a saúde pública, tinha um amparo ideológico que ia além dos positivistas mais combativos. Uma das lições que a Revolta da Vacina pode nos dar é a sua extraordinária capacidade de mobilização de inúmeros setores da sociedade, criando assim uma atmosfera de pressão que ia além dos cortiços que estavam sendo derrubados pela política ditatorial do chamado bota-abaixo do engenheiro Pereira Passos, responsável pelo projeto de urbanização da cidade do Rio de Janeiro sob a gestão de Rodrigues Alves. Embora houvesse uma disseminação maciça de notícias falsas espalhada pelos positivistas nos jornais, a população queria participar do processo político da tomada de decisões em relação à saúde pública.

Segundo as obras pesquisadas, a população realmente queria participar do processo político, a exclusão desse processo, acaba por exacerbar os ânimos, a repressão policial sanitária fazia com que o povo se insurgisse contra esse viés autoritário do governo federal. Os movimentos ao longo da história do Brasil, Balaiada (1838-1841), Cabanagem (1835), Revolta dos Marimbondos (1852), Quebra Quilos (1874) e movimento pela abolição do trabalho servil, foram movimentos com intensa participação popular. A população não era apática em relação aos seus direitos, e ao longo do amadurecimento da sociedade brasileira o povo se colocou diante das autoridades quando se sentia prejudicado e se posicionava com bastante clareza com as suas contestações.

Outro fator interessante que se colocava em relação à obrigatoriedade da vacinação em outras correntes de pensamento que podiam ser exploradas em relação a tomar ou não o imunizante de Jenner não eram exatamente fáceis no campo filosófico. Não é possível localizar algum teórico da filosofia ou das ciências da natureza que de fato pudessem amparar qualquer argumentação antivacina. Auguste Comte, como já vimos, não se opunha a vacinação antivariólica, e o antivacínismo positivista brasileiro era uma interpretação exclusiva dos seus seguidores no Brasil.

O filósofo alemão Immanuel Kant (1729-1804), na sua obra *Metafísica dos Costumes* levanta a questão da obrigatoriedade da imunização antivariólica, mas sob a óptica de outra premissa: a da possibilidade da obrigatoriedade não da vacinação, mas de outra técnica secular que ainda era utilizada, que seria a variolização.

Segundo Fernandes (2003), essa técnica consistia em conferir imunidade ao paciente através da contaminação de forma proposital de uma pessoa sã, com a pústula da varíola de um paciente acometido pela doença, o que gerava os anticorpos necessários para a proteção. Seria uma forma que ocorria antes da vacina de Jenner ser adotada de forma mais consistente no mundo.

Immanuel Kant não fala sobre a opção de se vacinar com o imunizante de Jenner ou não, então não podemos afirmar que o filósofo alemão tivesse conhecimento ou não dessa tecnologia feita na Inglaterra em 1796, mas ele discutiu essa questão em uma de suas obras principais, se seria possível obrigar ou não o indivíduo com essa técnica mais arcaica de imunização, que seria a inoculação. Ele afirma dessa maneira:

Quem decide deixar inocular a varíola coloca em risco sua vida, embora faça isso *para conservá-la*, e encontra-se em um caso da lei do dever muito mais inquietante do que o de um marinheiro, que pelo menos não produz a tempestade à qual se expõe, ao passo que aquele contrai ele mesmo a doença que lhe traz risco de morte. É, portanto, permitida a inoculação da varíola? (KANT, 2018, p. 200).

Embora Kant não fale especificamente sobre o imunizante variólico, ele destaca os perigos da técnica de inoculação, a criação de alguma proteção através dessa prática, mas também ele deixa uma dúvida se haveria a possibilidade de permissão do uso desse tipo de método profilático arriscado para conferir a proteção necessária contra a varíola. O fato de Kant colocar em dúvida a variolização em um período em que grande parte da população não sabia distinguir esse procedimento da imunização propriamente dita, é uma amostra bem reduzida de um pensador importante sobre essas questões de medicina preventiva, mas se torna bastante significativo para alguma fundamentação de resiliência as práticas de vacinação.

Como foi demonstrado anteriormente, o movimento positivista original e seu fundador Auguste Comte não fizeram qualquer objeção ao imunizante preconizado por Jenner, mas no Apostolado positivista no Brasil tinha essa visão diferenciada de Comte em relação às vacinas, ideia seguida por inúmeras personalidades importantes do cenário político no Brasil em 1904, ano da Revolta da Vacina. Essa dúvida em relação à segurança e eficácia do imunizante antivariólico é tão antiga quanto a própria criação da vacina no fim do século XVIII. Assim que esse método profilático foi desenvolvido, logo surgiram teorias, charges e movimentos que se opunham ferozmente a aplicação da vacina.

Não apenas Immanuel Kant isoladamente poderia colocar em dúvida essa questão do uso de uma técnica profilática contra a varíola. Mesmo o evolucionista Charles Darwin, embora

não fizesse uma alusão negativa direta ao uso do imunizante de Jenner, fez uma certa objeção ao uso de vacina que sabidamente prevenia mortes pela varíola.

Ele afirma dessa maneira:

[..] Nós, homens civilizados, por outro lado, envidamos todos os esforços para deter o processo de eliminação; construímos asilos para loucos, aleijados e doentes; instituímos leis para os pobres e os nossos médicos exercitam ao máximo a sua habilidade para salvar a vida de quem quer que seja até o último momento. Há motivo para se crer que a vacinação tenha salvo um grande número daqueles que, por sua débil constituição física, não teriam em tempo resistido à varíola. Desta maneira, os membros fracos das sociedades civilizadas propagam o seu gênero. Nenhum daqueles que se têm dedicado à criação dos animais domésticos duvidará que isto pode ser altamente perigoso para a raça humana. É surpreendente ver com que rapidez a falta de cuidados, ou cuidados inapropriados, leva a degeneração de uma raça doméstica; mas, com exceção do homem, é raro que alguém seja tão ignorante a ponto de permitir que os próprios animais piores se reproduzam. (DARWIN, 1974, p. 161-162).

É perceptível que o naturalista britânico Charles Darwin classificava que a ordem natural não deveria ser quebrada, embora nesse ponto ele não faça nenhuma menção de que a vacina produza males ao organismo dos indivíduos. Ele afirma a eficácia da vacina antivariólica como medida profilática contra a varíola, mas parece se opor ao imunizante como forma de preservar a vida dos mais debilitados da sociedade. A imunização jenneriana tinha grande antipatia no Império brasileiro e na República recém-proclamada, tendo nesse ponto o darwinismo e o positivismo local que se mostravam de certa forma contrários a vacinação contra à varíola.

Os positivistas argumentavam que a vacinação obrigatória feria o direito da liberdade individual, mas além das concepções filosóficas, havia alegações de cunho moral e costumes específicos daqueles tempos. Antes da eclosão da revolta, os positivistas evocaram esse ponto de que os vacinadores iriam invadir as suas casas e vacinar as mulheres casadas e suas filhas com os braços desnudados, atingindo diretamente a honra dessas mulheres (CARVALHO, 1987).

As pessoas da sociedade daquele tempo usavam roupas mais alongadas, homens e mulheres cobriam inclusive os braços, logo, assim que saiu a notícia de que os vacinadores iriam atingir a honra de mães de família e moças virgens, a ira popular se ampliou. Além dos motivos da ausência qualificada de conhecimento sobre a segurança do imunizante, notícias falsas produzidas pelos positivistas nos jornais, havia essa questão dos costumes da época, relacionadas a invasão da privacidade e do ultraje que seria exercido contra as mulheres com a

vacinação efetuada pelo governo federal através da lei que tinha sido promulgada. Sevcenko afirma dessa forma:

O Deputado Barbosa Lima, de origem igualmente militar e positivista, gozava de enorme prestígio no Rio de Janeiro, tanto pela sua preocupação com a legislação social de proteção às camadas populares e trabalhadoras, quanto por seus prodigiosos dotes de orador. Também ele se dirigia à oposição e lembrava o horror de uma sociedade de moral extremamente recatada – lembremos que os braços de Capitu, segundo Machado de Assis, foram proibidos, pelo marido, de aparecer nus em público – de ver suas mulheres, mães, irmãs, filhas, tias, avós terem expostas e manipuladas por estranhos partes íntimas do corpo, cuja simples menção em público vexava e constrangia a todos: braços, coxas, nádegas. Bradava ele, com fúria, na Câmara dos Deputados: “lei obscena, lei...ignominiosa, pois só o médico da Saúde Pública tem competência para dizer se tal criatura mostra a cicatriz da vacina em membro inferior, dando-se-lhe assim ‘carta de corso’ para a mais infame pirataria, contra a qual todas as insurreições serão eternamente gloriosas” (SEVCENKO, 1988, p. 7-8).

Pode ser observado que os positivistas realmente se opunham a vacinação no Brasil, alimentando a já conhecida resistência da população a vacina contra a varíola. Embora os positivistas não tivessem um controle político importante dentro do Congresso Nacional, havia políticos de prestígio popular que eram positivistas e se aliavam a essa causa antivacinal. O movimento positivista explorou essa insatisfação popular contra um governo impopular e insuflou a população mais humilde a realizar essa insurreição contra o poder público que insistiu na aplicação da lei que obrigava a vacinação de todas as pessoas. A exploração dessa brecha, com o autoritarismo cultural do governo, fazendo a população a ter mais antipatia da vacina, causando danos ao patrimônio público e suspendendo um programa de saúde pública importante, mas mal elaborado por Oswaldo Cruz, justamente por usar a repressão ao invés do diálogo com a sociedade para a aplicação do imunizante contra a varíola.

Os positivistas ignoravam completamente a vacinação obrigatória por inúmeros fatores, eles também foram acusados de fomentar a revolta militar contra o governo federal com o nítido intuito de depor o Presidente eleito, Rodrigues Alves (COSTA, 1956).

Eles realmente insuflaram a população contra o projeto de lei. Oswaldo Cruz tratou uma questão de saúde pública como um problema policial, acostumados a agir com violência contra a população civil que vivia nas periferias e cortiços, o poder público viu que os seguidores de Comte conseguiram manipular a opinião pública contra a vacinação, realizando uma mobilização sem precedentes contra um projeto de saúde pública que serviria como prevenção

contra uma doença letal que era a varíola. Utilizando-se de argumentos humanitários, eles atacavam o desrespeito contra as mulheres, crianças e idosos.

Fazendo cômico com as prevenções existentes, os positivistas, fiéis aos ensinamentos de Augusto Comte, também negavam a vacina, opondo-se tenazmente à obrigatoriedade da mesma. O "materialismo médico", afirmavam os positivistas, nada respeitava: nem o pudor, nem o respeito devido à delicadeza feminina! Nem a bondade para com as crianças, nem o acatamento à velhice". A vacinação obrigatória teria assim, contra ela, decididamente, a ciência e a moralidade positivistas. (COSTA, 1956, p.38).

Os positivistas brasileiros faziam um discurso que se alinhava as aspirações populares de moralidade, onde os mais fragilizados da sociedade não poderiam sofrer uma dura intervenção em suas vidas privadas. Prezavam por um respeito sob uma falsa dicotomia de que a vacina era perigosa e que o poder estatal não tinha o direito de aplicar o imunizante que além de não ter validade alguma, feria a honra e a dignidade dos seus pais, mulheres e filhos. Era um discurso populista, onde as massas encontraram um terreno propício para abrigar os seus dissabores como desemprego, inflação alta e a constante repressão por parte do governo para adotar essa política de saneamento e vacinação. Os positivistas do Apostolado fizeram essa pregação de subversão contra a política sanitária e conseguiram a suspensão dessa lei através da Revolta da Vacina, pois a participação desse grupo através da disseminação de notícias falsas nos jornais e da movimentação de políticos positivistas no Congresso Nacional, foram elementos de pressão que alteraram a política de vacinação proposta por Oswaldo Cruz.

Dessa forma, podemos perceber que a repressão pura e simples não conseguiu resolver os problemas tanto do saneamento básico na cidade do Rio de Janeiro, quanto da aplicação da vacina contra a varíola. Diante desse contexto, o próximo subitem será abordado como o Estado republicano lidava com a saúde pública.

1.2 Saúde Pública e Vacina no Estado Republicano

A saúde pública no Brasil passou a ganhar contornos de maior importância no cenário político e como uma preocupação maior logo após a Proclamação da República. Segundo Filho (2011), a saúde no Brasil adquiriu métodos com um maior rigor científico nesse período, criando as bases do atendimento público em saúde que visavam dar um suporte a coletividade.

O Estado tem o dever de oferecer atendimento médico gratuito no Brasil, uma sociedade verdadeiramente democrática não pode se fortalecer e garantir os direitos mais

elementares dos cidadãos sem uma série de serviços que tragam o bem-estar das pessoas. O direito ao voto é importante, mas é necessário que outros elementos nas pautas governamentais possam realmente estender essa democracia, e a saúde pública é deveras um fator de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade estável, democrática e com garantias de ampliação do conceito de cidadania.

O Estado republicano ao implantar a saúde pública como forma de atendimento que pudesse humanizar o atendimento as camadas mais humildes da população, quebrava um paradigma de saúde pública ineficiente dos tempos coloniais e do Império. Essa afirmação não quer negar a existência de uma junta de saúde pública e higiene nos períodos anteriores ao período republicano, apenas confirma que houve uma nova metodologia e expansão do atendimento à saúde pública no Brasil durante esse período.

A saúde pública não significa apenas o fornecimento de vacinas, medicamentos e atendimento hospitalar gratuito. O Brasil no fim do século XIX e começo do século XX tinha um problema grande de saneamento básico eficiente que pudesse servir como um contraponto de prevenção contra uma série de doenças, que podem ocorrer por causa na falha dessa lacuna de um serviço imprescindível.

Segundo Benchimol (1992), o acesso ao saneamento básico na cidade do Rio de Janeiro era sofrível até para as camadas de maior rendimento da população. Nesse contexto de uma falta de rede de esgoto eficaz para essa faixa de renda da sociedade, a classe trabalhadora vivia em condições de insalubridade gritantes. Tudo isso servia como um potencial de alastramento de doenças devido ao baixo investimento no setor de canalização e escoamento dos efluentes domésticos para as classes mais baixas, sem contar que devido à lógica do lucro, quem tivesse uma melhor condição socioeconômica tinha um serviço de atendimento melhor. O autor afirma dessa forma:

Se a rede parecia um desastre as camadas privilegiadas que dela desfrutavam, a situação era ainda mais dramática para os trabalhadores domiciliados, em sua maioria, nas habitações coletivas da zona central da cidade, onde raramente eram observados os regulamentos que fixavam o número de latrinas proporcional ao de moradores; apenas 30% das habitações coletivas mantinham, como exigia a lei, um gabinete de latrina para um grupo máximo de 20 habitantes. Obedecendo assim a lógica capitalista de servir melhor quem pagava melhor, a companhia inglesa contribuiu para acentuar as diferenças qualitativas que demarcavam as condições de existência das classes sociais no espaço urbano carioca. (BENCHIMOL, 1992, p. 74).

Seria necessário o investimento do Estado em ações que resultassem em medidas de prevenção em relação ao saneamento para prevenir uma série de doenças e atrair investimentos

estrangeiros através de uma política de urbanização, saneamento básico e vacinação. (SEVCENKO, 2018). Foi dessa maneira que o Presidente Rodrigues Alves ordenou que se fizesse, e como ele tinha maioria parlamentar no poder legislativo, conseguiu a aprovação das leis necessárias para o seu projeto de saneamento e vacinação obrigatória.

O Presidente Rodrigues Alves havia adotado como um dos principais itens da plataforma de seu governo o saneamento completo e a extinção das endemias da capital. Seu mandato se aproximava já da metade e a varíola dominava a cidade. Aproveitando-se da sua folgada maioria, o executivo urgiu os debates parlamentares, a fim de que se pudesse deflagrar o mais rápido possível a campanha de vacinação em massa. Durante dois meses e meio a oposição tentou obstruir de todas as formas o andamento do projeto, chegando a votar mais de cem emendas, com o propósito de postergar a sua aprovação somente para o ano seguinte, e assim, ganhar tempo e reforçar as resistências à medida. A maioria governista, entretanto, prevaleceu, a lei foi votada em 31 de outubro e passou-se à sua regulamentação (SEVCENKO, 2018, p.9).

Os problemas da saúde pública no Brasil eram imensos, a possibilidade de uma reurbanização da Cidade do Rio de Janeiro com o combate intensivo as endemias de forma atabalhoada, e com truculência oficial, iria resultar em um choque com a sociedade. O Rio de Janeiro era uma cidade insalubre, conhecida por ruas e avenidas cheias de lixo e com residências precárias. Todo esse contexto de abandono e dificuldade em expandir a prevenção e o atendimento em saúde pública iria logo se transformar em um conflito. O poder público deixava que os problemas se avolumassem, criando uma atmosfera de instabilidade social.

De acordo com Filho (2016), o início da República apesar de aumentar o investimento na saúde pública, essa nova orientação da saúde modificou muito pouco a melhoria do atendimento para a população. As reclamações sobre a qualidade desse atendimento eram uma constante, evidenciando que apesar da República recém-proclamada ter dado um olhar mais acurado, a percepção de que o atendimento não era marcado pela excelência mostram as dificuldades desse novo sistema de atendimento em saúde.

Incentivada pelos governos republicanos, a novidade médica exigiu a reorganização dos serviços sanitários. As antigas juntas e inspetorias de higiene provinciais foram substituídas pelos serviços sanitários estaduais. Bastante deficientes no início, tais serviços pouco fizeram pela melhoria da saúde popular e tornara-se alvo de constantes críticas, do povo e das próprias autoridades.

A desorganização dos serviços de saúde nos primeiros anos da república, aliás, facilitou a ocorrência de novas ondas epidêmicas no país. Entre 1890 e 1900, o Rio de Janeiro e as

principais cidades brasileiras continuaram a ser assaltadas por varíola e febre amarela e ainda por peste bubônica, febre tifoide e cólera, doenças que forçaram os higienistas a intervir com mais severidade investindo em saneamento e internação compulsória.

Diante dessa situação calamitosa, os médicos higienistas receberam incentivo do governo federal, passando a ocupar cargos importantes na administração pública. Em troca, assumiram o compromisso de estabelecer estratégias para o saneamento das áreas indicadas pelos políticos. Os principais da atuação desses médicos eram a fiscalização sanitária dos habitantes das cidades, a retificação dos rios que causavam enchentes, a drenagem dos pântanos, a destruição dos viveiros de ratos e insetos disseminadores de enfermidades e a reforma urbanística das grandes cidades. Deveriam também divulgar as regras básicas de higiene e tornar obrigatório o isolamento de pessoas atingidas por moléstias infecto-contagiosas e dos pacientes considerados perigosos para a sociedade. Iniciava-se a era da hospitalização compulsória das vítimas das doenças contagiosas e dos doentes mentais. (FILHO, 2000, p.13-14).

Esse relato fornece a dimensão de como a política de saúde pública do novo regime republicano era tratada: repressão e todo tipo de coerção possível como forma de prevenir as doenças que grassavam na cidade do Rio de Janeiro e em todo o país. As políticas repressivas do engenheiro Pereira Passos e do médico sanitário Oswaldo Cruz eram apenas uma continuidade de uma forma de saúde pública que muitas das vezes confundia doença, habitação precária e pobreza como resultado da disseminação do crime. Os pobres eram vistos como culpados pela sujeira e degradação das habitações, do lixo que se avolumava na capital federal e das doenças como febre amarela, cólera e varíola.

De acordo com Patto (1999), o investimento em aparato policial e com detenções era duas vezes maior do que o orçamento em saúde. Além do fato de um baixo investimento em saúde pública e da fusão de saúde pública junto com as forças da repressão, mostra de que como era a visão das autoridades republicanas em relação ao atendimento em saúde. A repressão era muito mais um motivo de preocupação do que com o atendimento aos doentes.

Além do investimento ineficiente em saúde pública, a infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro era precária e o problema habitacional era um dos fatores dos problemas sociais que agravavam a questão da saúde pública, fazendo com que o projeto de modernização urbana de Pereira Passos realizasse as melhorias necessárias no Rio de Janeiro.

O aspecto geral da cidade do Rio de Janeiro na virada do século ainda era, segundo cronista da época, o mesmo do tempo dos vice-reis, exceção feita à paisagem humana. Acrescida de escravos libertos vindos de vários pontos do país, migrantes nacionais e estrangeiros, funcionários públicos, empregados

no comércio e no setor de serviços, todos eles pressionados por desemprego, inflação e baixos salários, a vida na cidade resultou no chamado “caos urbano” e no recrudescimento de questões recebidas do Império: a crise habitacional “persistiu e se agravou depois da proclamação da República”, “as epidemias reinavam com intensidade jamais vista” e problemas de saúde pública desafiavam as autoridades. O conjunto de medidas sanitárias para a cidade do Rio, aprovado em congresso médico realizado em 1889, incluía mudanças na planta da cidade e ações drásticas de vigilância sanitária reunidas numa operação que ficou conhecida como “o bota-abaixo”. Levada a efeito a partir de 1903 pelo então prefeito carioca Francisco Pereira Passos, ela modernizou o porto, promoveu a abertura de avenidas e praças, erradicou moradias coletivas, alargou calçadas e ruas, melhorou a circulação do tráfego, expandiu a área urbana. (PATTO, 1999, p.177-178).

Outro fator que deve ser levado em conta é o motivo do novo regime republicano se interessar de uma forma mais ciosa em relação a ciência e saúde pública. O indivíduo constitui um capital humano muito importante, sem contar que a cidade do Rio de Janeiro vivia em constante fechamento das atividades portuárias por conta das doenças que afligiam a cidade (CARVALHO, 1987).

Devido a esse problema crônico de doenças que afligiam a cidade do Rio de Janeiro, que era um polo importante de escoamento das mercadorias exportadas para o exterior, essas paralisações afetavam o bom desempenho econômico do país, já que interrompia o fluxo econômico que era vital para os lucros que eram obtidos pelas oligarquias agrárias, então o investimento em melhoria na infraestrutura das cidades e na saúde pública era de interesse dos grupos econômicos dominantes (FILHO, 2000).

Os lucros produzidos pelo café foram parcialmente aplicados nas cidades. Isso favoreceu a industrialização, a expansão das atividades comerciais e o aumento acelerado da população urbana, engrossada pela chegada dos imigrantes desde o final do século XIX. De seu lado, a República tratou de reformar as principais cidades e os grandes portos, buscando modernizá-los e facilitar o fluxo de homens e mercadorias, necessários à desejada “ordem e progresso”. Nesse sentido, as oligarquias da República Velha buscaram apoio na ciência da higiene para examinar detidamente o ambiente físico e social das populações urbanas. Tratava-se, na verdade, de definir estratégias para melhorar as condições sanitárias das áreas vitais para a economia nacional- as cidades e os portos. Para isso foram montados os primeiros laboratórios de pesquisas médico-epidemiológicas da história brasileira. O meio rural seria relegado a um sombrio segundo plano, só chamado a atenção dos médicos e das autoridades quando os problemas sanitários interferiam na produção agrícola ou extrativista destinada a exportação. As novas perspectivas abertas pela medicina europeia e o desejo de superar a “barbárie” do passado colonial renovaram o serviço sanitário paulista. Criado em 1892, em pouco tempo a mais sofisticada organização de prevenção e combate às enfermidades do país, servindo de modelo para outros estados. [...] [...] Dispondo de equipamentos e funcionários especializados, o Serviço Sanitário pôde fiscalizar as ruas e as

casas, estendendo a vigilância a praticamente tudo – fábricas, estábulos, hospitais, bares e cemitérios. Tornou-se obrigatória a notificação oficial dos casos de doenças infecto-contagiosas em pessoas residentes ou em trânsito pelo estado. (FILHO, 2000, p.16-17).

O poder público republicano regulamentou e profissionalizou o atendimento, criou órgãos de fiscalização e controle sanitários necessários para poder exigir que as pessoas e estabelecimentos de natureza comercial pudessem funcionar de forma que as novas normas assim exigiam. O público mais pobre, o substrato menos favorecido da sociedade republicana não tinha necessariamente um atendimento primário de saúde de qualidade, as oligarquias que dominavam o aparato político e produtivo do país queriam manter a força motriz econômica em pleno funcionamento para poder evitar as quarentenas que impediam a circulação de trabalhadores nos portos e o fechamento dos mesmos devido ao eterno problema das doenças. Com esse investimento em prevenção na saúde, as oligarquias podiam manter o escoamento da produção econômica para o exterior sem maiores percalços.

A profissionalização dos serviços de saúde atendia a demanda das elites produtoras, não era pelo interesse em oferecer melhorias de fato para os cidadãos que eram os mais acometidos pela cólera, febre amarela e a varíola na capital federal e no restante do país. Não era eficaz e atenderia as demandas sociais se a criação dessas instituições fosse voltada não apenas para os interesses econômicos, mas do interesse social.

Segundo Mir (2004) o Estado brasileiro utiliza a violência contra as pessoas como uma forma disciplinadora e responsabiliza o próprio indivíduo por algum tipo de conduta desordenada no âmbito da sociedade. Nesse caso, a violência do aparato policial é legitimada e o cidadão se torna culpado pelos problemas que o Estado falha em prover com qualidade.

De acordo com Rocha (2003), as campanhas de saúde promovidas pelos higienistas no começo do século XX tinham uma forte desconfiança da população, pelo simples fato de haver um alto grau de repressão que era efetuada pelo poder público, fosse nos programas de limpeza urbana ou vacinação, a coerção estava presente.

Além da repressão habitual, outro fator que era um problema grave para a República era o grande número de pessoa sem instrução formal no Brasil, o que minava os esforços governamentais em tentar convencer a população a se vacinar. De acordo com Paiva (1973), em 1900, mais de dois terços dos brasileiros não eram alfabetizados, o que evidencia a dimensão dessa dificuldade.

Da Cruz (2011), afirma que a vacinação foi a única forma de debelar a varíola. Nesse caso, seria importante utilizar esse profilático estabelecendo o diálogo para com os maiores vitimados pela varíola, que foram os pobres.

O Estado republicano tratava as questões da vacinação da população como uma política de segurança pública, pois a repressão acompanhava as obras de urbanização, saneamento básico e imunização antivariólica no governo de Rodrigues Alves. O investimento na saúde durante os anos iniciais da República tinha como objetivo destravar os gargalos que impediam a exportação de mercadorias para o mercado consumidor europeu, não era a população que tinha como a atenção primordial, mas sim a economia. A cidadania nessa situação era extremamente restrita, pois o direito ao voto era restrito, as mulheres e os mais vulneráveis da sociedade não participavam do processo de escolha dos governantes e não tinham saneamento básico adequado e atendimento médico de qualidade.

CAPÍTULO 2: O MÉTODO HIGIENISTA DO BRASIL NO INÍCIO DA REPÚBLICA.

O método higienista foi um dos pilares para entender a política de vacinação compulsória do médico sanitarista Oswaldo Cruz na cidade do Rio de Janeiro. A violência que a população era constantemente submetida foi uma das formas de se fazer saúde pública. O Presidente Rodrigues Alves e seus auxiliares diretos, o engenheiro Pereira Passos e o médico sanitarista Oswaldo Cruz utilizaram-se de poderes absolutos para exercer o poder e realizar as suas respectivas políticas de reurbanização e saúde pública.

De acordo com Barbosa (2011), as leis de vacinação obrigatória de Oswaldo Cruz e a criação da Junta de Higiene por Pereira Passos, iniciaram a campanha sanitária coercitiva em 1903 no Rio de Janeiro.

A forma com que essa política era feita era tema de protestos no meio político, jornalístico e entre a população. A política conduzida de forma não democrática gera conflitos e violência, sendo que as questões inerentes a saúde pública devem considerar a escolha do paciente, nesse caso a sociedade da cidade do Rio de Janeiro se levantou em armas contra a política autoritária do poder constituído. A política de assistência em saúde deve considerar o atendimento humanizado, onde se preza pelo diálogo e respeito pelos pacientes, não se conduzindo pela coerção:

Nesse sentido, humanizar a assistência em saúde implica dar lugar tanto à palavra do usuário quanto à palavra dos profissionais da saúde, de forma que possam fazer parte de uma rede de diálogo, que pense e promova as ações, campanhas, programas e políticas assistenciais a partir da dignidade ética da palavra, do respeito, do reconhecimento mútuo e da solidariedade. (COLLET; OLIVEIRA; VIEIRA, 2006, p. 282).

De acordo com Costa (2014), a política higienista requer uma intervenção. É dentro desse contexto intervencionista que a higiene pública se desenvolve no Oitocentos, com o nítido objetivo de realizar uma série de políticas intervencionistas visando retificar os problemas na cidade e da saúde pública. Costa afirma assim:

A higiene pública é fundada como disciplina de intervenção. A medicina higienista do século XIX, visando ao controle do meio, do espaço, aponta para uma proposta intervencionista. Ela se propõe recuperar a salubridade do ambiente a partir da medicalização dos espaços doentes. Elabora também, medidas de tipo higiênico-social que possam contribuir para a melhoria da saúde e das condições de existência da população. Propõe o ordenamento do espaço urbano e a intervenção no meio doente. Ou seja, faz propostas de

medicalização da cidade. Medicalizar a cidade, higienizar significa controlar, intervir nos ambientes suscetíveis de prejudicar a saúde (COSTA, 2014, p. 40).

O higienismo brasileiro tinha como objetivo realizar melhorias na infraestrutura da cidade, executar políticas de quarentenas no Rio de Janeiro e impor certas medidas de isolamento dos doentes em hospitais. Em um atendimento à saúde é necessário e importante ter uma política mais humanizada, mas as medidas de reurbanização e saúde pública de Rodrigues Alves foram, como de praxe no Brasil, autoritárias e excludentes. A política higienista republicana inicialmente realizava atendimentos básicos de saúde preventiva, mas sempre utilizando as forças legalistas para impor essas determinações sanitárias, como o isolamento compulsório dos doentes e demais medidas como vigilância dos enfermos na cidade, vacinação nas escolas e locais públicos.

[...] O conceito de periculosidade, da necessidade de se defender a saúde da população, de atacar as condições morbígenas do meio é solidário à idéia de prevenção. O modelo da quarentena é paralisar a cidade, dividi-la em quarteirões sob a vigilância de uma autoridade, colocar a enfermaria fora do perímetro urbano, desinfetar a casa e retirar dela todos os que caem doentes. Já a teoria dos germes busca estudar a interação do homem e do meio, para descobrir os possíveis trajetos dos agentes morbígenos. A vacinologia elege um campo por excelência de batalha contra estes agentes: o corpo humano. Aqueles considerados doentes em potencial são compelidos a seguir as prescrições dos médicos oficiais. Em 1893, o Conselho Municipal decreta a vacinação nas escolas, estalagens e avenidas, residências da população de baixa renda. A idéia é a de se criar cinturões de vacinação, isolar grupos mais suscetíveis à doença, quebrando-se os elos de transmissão dos agentes das doenças. No hospital de isolamento, é criado um quarto especial para o paciente de febre amarela. Uma moldura prende a tela que impede a passagem de mosquitos para o leito do doente. O cercamento visa evitar a transmissão da febre a outros pacientes internos e à população em geral. [...] (LOPES, 2000, p.50).

O tratamento em relação aos ricos e pobres também era diferenciado. Essa categoria de política excludente e discriminatória ocorreu também com a reforma urbana e sanitária do Presidente Rodrigues Alves. Uma política sanitária exótica, com medidas segregacionistas em relação ao poder socioeconômico dos cidadãos.

Na capital da República, sua principal campanha começou com a criação do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, em abril de 1903. A cidade foi repartida em dez distritos. A seção encarregada dos mapas e das estatísticas epidemiológicas fornecia coordenadas às brigadas de mata mosquitos, que percorriam as ruas neutralizando depósitos de água com larvas de *Aedes*

aegypti. Outra seção expurgava com enxofre e píetro as casas, depois de cobri-las com imensos panos de algodão, para matar os mosquitos na forma alada. Os doentes mais abastados eram isolados em suas próprias residências, e os pobres iam para os hospitais públicos. (ARMUS E ROCHMAN, 2004, p. 77).

Essa política sanitária era alvo de constantes protestos da oposição, incluindo os positivistas. Essas medidas truculentas aumentavam a animosidade contra o impopular governo de Rodrigues Alves, levando a oposição se levantar legalmente contra as medidas restritivas, baseando-se em 3 frentes:

[...] A primeira se trava no campo da norma. As desinfecções, os seqüestros dos doentes, a eleição de uma medicina oficial e a perseguição aos curandeiros são denunciadas como ilegais. A argumentação dos positivistas é tecida a partir da utilização de formulações teóricas do pensamento liberal e do conceito jurídico de propriedade privada. As medidas prescritas no código sanitário são condenadas como um abuso do poder temporal, o Estado. As estratégias de ação dos higienistas oficiais, sobre a cidade e os corpos, são censuradas por não respeitarem a separação entre o espaço público e o privado. A higiene, saber construído com base em experiências realizadas no Exército, é acusada de violar o 'recôndito sagrado da sociedade, o lar'. A luta contra a obrigatoriedade da vacina ocupa importante espaço de discussão no Congresso e nas instituições jurídicas. Na primeira década do século XX, habeas corpus preventivos são impetrados contra a invasão de domicílios realizada pelas brigadas sanitárias. [...] A segunda frente de luta não está dissociada da primeira e é travada no campo do saber médico. Os positivistas discordam das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Manguinhos e questionam a legitimidade científica da vacina. Eles realizam um trabalho de vulgarização do debate ocorrido no interior da medicina, privilegiando os autores críticos ao clima de euforia que envolve os resultados da bacteriologia. Entre os recursos metodológicos empregados no debate, enumeramos: estatísticas, gráficos, relatórios de casos de reação à vacina e contaminação de outras moléstias pela linfa. Tanto os vacinistas como os seus adversários buscam sancionar a sua verdade respeitando as normas contemporâneas do discurso científico. E a historiografia reproduz o argumento oficial da inevitabilidade da vitória da vacina. [...] A terceira frente de luta se situa no tangenciamento de questões levantadas na campanha ao desconforto sentido pela população, alvo da Polícia Sanitária [...] (LOPES, 1995, p. 80-81).

A política higienista brasileira era repressiva, embora houvesse pessoas com a qualificação necessária para levar em frente as obras de reurbanização e saúde pública, como Pereira Passos e Oswaldo Cruz, respectivamente, os expoentes mais evidentes dessa política higienista, onde os direitos mais básicos dos cidadãos não eram respeitados. O motivo de investir em saúde pública seria investir na produção econômica, pois com uma nova infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro, que era a capital federal, a produção econômica seria melhor aproveitada.

A produção científica, ainda que contextualizada dentro de um modo de produção e, portanto, determinada por esse, não pode ser encarada de forma arbitrária, isto é, que atenda necessariamente a uma determinada ideologia, base conceitual desse modo de produção. De fato, com o advento do capitalismo e o conseqüente desenvolvimento das indústrias urbanas, tornava-se imprescindível uma melhoria na qualidade da saúde pública nos centros industriais. A produtividade, dependendo diretamente de ampla mão-de-obra, necessitaria que esta última estivesse a contento, isto é, saudável. As doenças oriundas da falta de higiene da população já tinham demonstrado reverter-se em catástrofes, dizimando milhares de pessoas, como no caso da peste negra, gripe espanhola e tantas outras epidemias que colocavam em xeque o destino da espécie humana. É claro que, mesmo sem tecnologia adequada, a espécie humana não sucumbiu; entretanto, tornar-se saudável para o trabalho era uma das condições necessárias para a solidez do sistema capitalista (BOARINI, 2003, p. 107-108).

Segundo os higienistas, os pobres também eram responsáveis pelas enfermidades que eram propagadas na cidade. Duplamente penalizados, as populações mais humildes, discorrendo aqui de forma abstrata, eram culpadas pelas doenças e a estética degradada do perímetro urbano. A ideologia médico-higienista vai localizar e atacar esses dois polos dos problemas da cidade.

A política higienista é um dos principais suportes argumentativos da reforma urbana, pois, em nome dela, destrói-se e derruba-se tudo que contraria seus pressupostos. A caracterização da área central, em comparação aos novos bairros que surgem na cidade, destaca sempre seus aspectos negativos. O Centro é identificado às cidades do Oriente, tristes e insalubres, ou a outras cidades marítimas, que têm suas ruas superpovoadas e imundas, cheias de habitações coletivas sem condições para abrigar um grande contingente de pessoas. As casas populares são associadas à propagação de enfermidades e à insalubridade da cidade. As epidemias que surgem nos bairros pobres assustam a burguesia, que teme a propagação para seus espaços. Decorre daí o imperativo de limpar e desinfetar os espaços públicos, alargando ruas, alinhando construções, abrindo e arborizando praças. Ganha a Medicina Social, com seu discurso disciplinar de controle do espaço social e pessoal e de interferência na vida cotidiana do trabalhador, através de novos métodos de higiene pessoal e de vida (PINHEIRO, 2011, p. 143).

O higienismo republicano assume feições notadamente europeizantes, pois o prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, além de ser chamado de Hausmann tropical, se inspirava nas reformas urbanizadoras do continente europeu. Criar uma cidade moderna era um dos seus objetivos.

O “urbanismo” de Pereira Passos apresenta-se como uma tradução das teorias higienistas/urbanísticas europeias, quer dizer, o enquadramento de tudo na lógica higienista da circulação e da diferenciação, a renovação urbana a partir dos princípios de melhoria e embelezamento do cenário urbano e a construção

da imagem de uma cidade civilizada para ser admirada pelo país e pelo mundo. (PINHEIRO, 2011, p. 155).

Os jornais do Rio de Janeiro também teciam críticas por conta dos problemas de saneamento básico na capital federal. A imprensa era ácida e irônica em relação aos problemas de toda a natureza, incluindo os que se relacionavam com o tema da higiene pública. É o que mostra essa matéria do jornal Tagarela:

“O catete anda cheio de vovós e canhões de maior quilate, salvo seja! E o caso que estão a encanar água de S. Christovão para Botafogo. Realmente Botafogo precisa de uma lavagem, com côco, areia e água benta. Só a sujeira dos bonds de luxo”...! (Jornal Tagarela, 26 de julho 1902).

Havia grandes problemas de saneamento básico no Brasil e na capital federal que era o Rio de Janeiro. A imprensa da época fazia críticas contundentes em relação aos problemas que desembocavam em doenças graves, como não ter coleta de lixo regular, higienização humanizada nos cortiços, canalização de água potável e esgotamento sanitário que pudessem prevenir inúmeras doenças. Os problemas de inclusão e exclusão social oriundas de um Estado patrimonialista no Brasil permeavam a sociedade, onde se tornavam difíceis a aplicação de medidas que pudessem atender os interesses da população, onde a grande maioria era marginalizada e excluída do processo de absorção que visava a contemplação de uma forma de cidadania real. O Estado nacional brasileiro ainda se formava no século XIX, processo que se estendeu até o século XX, dificultando a incorporação das pessoas mais humildes para a sociedade com todos os direitos políticos e econômicos que deveriam ter.

O Brasil não se fundou assim, no XIX, como um Estado nacional, no sentido que os modernos lhe atribuíam, mas como um Estado soberano, que só conseguiu incorporar pequenas parcelas da população proprietária, mais rica, no círculo político ativo da comunidade e uma outra pequena parcela, livre, mas pobre, à sua comunidade jurídica, tributária e de poder. Transplantou-se, ou tentou transplantar, para os trópicos, um ideário político e uma forma de Estado-nacional que não conseguia integrar seus bárbaros internos (os pobres e os escravos) ou externos (os índios), a não ser como metas de um processo branqueador e civilizatório. E o século XIX que planta a idéia de uma nação europeia nas Américas e que nos constrói um passado eminentemente europeu, como memória que dá sentido à nossa pretensa identidade como nação. E ainda somos os herdeiros dessa auto-imagem, imposta ao conjunto dos habitantes do território brasileiro. A formação de um Estado-nacional no Brasil foi um processo mais longo, que se estendeu pelo XX e que ainda não se completou. Nos anos 1950 tornou-se comum falar em dois Brasis, como duas nações distintas, mas há ainda, na verdade, diferentes Brasis e nossa comunidade nacional ainda está em processo de formação, com vários

projetos contrastantes de integração de uma comunidade verdadeiramente nacional. Boa parte da população vive, ainda hoje, quase às margens do mercado, da política e dos direitos civis, sobrevivendo das sobras da sociedade integrada ou sendo mantida pela ação direta do Estado, ou pelo clientelismo de poderes locais. (JANCSÓ, 1993, p. 701).

A base fundacional do Estado brasileiro é de uma inclusão social diminuta, que privilegia a elite dominante, sendo que a grande parte dos brasileiros ainda vive, sob muitos aspectos, de uma forma excluída dos processos que poderiam compor uma cidadania plena, o que não é o caso. Nesse ponto, o Estado imperial e republicano herdou estruturas que desrespeitavam os mais pobres e, no caso da Reforma Urbana de Pereira Passos e a vacinação compulsória de Oswaldo Cruz, não observaram as condutas políticas necessárias que seriam o diálogo democrático para implementar as políticas urbanística e de saúde.

De acordo com Leite (2018), o modelo de combate as doenças que assolavam o Brasil, seguia o padrão em outros estados do Brasil, inclusive no Maranhão, onde os sanitaristas, guardas e outros profissionais especializados executaram um plano de contenção contra a febre amarela e a varíola, visando impedir que essas doenças travassem o funcionamento do setor agroexportador maranhense.

Esse cuidado em disponibilizar a vacina contra a varíola era também de longa data no Maranhão, podendo ser visto ainda no período colonial, um ano antes da proclamação que formalizou a independência do Brasil da Coroa portuguesa. O profilático jenneriano era estimulado pelas autoridades coloniais dessa maneira:

Habitantes do Sertão, eu vos annuncio o maior bem; um dos honrados homens do Vale do Parnahiba vos procurou e tem facilitado o uso da vaccina deste poderoso e seguro preservativo das bexigas, o maior flagelo com que o Ceo na sua cólera pune as Nações. Sem despeza, vos offerece tão grande bem; não tendes mais do que correr á Villa a procura-lo. [...] (Jornal O Conciliador do Maranhão, 29 de abril de 1821).

No Maranhão, no ano da Revolta da Vacina também houve disposição contrária ao imunizante antivariólico. Os esforços das autoridades em vacinar também foram seguidos de grupos contrários a aplicação da vacina.

Da nossa mesa de trabalho, fizemos sentir em dous de Dezembro, quando os principaes membros da opposição eram infensos á vaccina, os perigos dessa attitude inconveniente. Foi preciso que a lógica dos factos, com o seu cortejo de infortunios irreparaveis, se impuzesse esmagadora para que o maior

numero se convencesse da triste verdade. (Jornal Diario do Maranhão, 15 de janeiro de 1904).

O Estado brasileiro se empenhava em disponibilizar de forma gratuita a vacina contra a varíola, mas à resistência ao imunizante também se fez sentir em outros estados da República como o Maranhão.

O interesse em combater as várias doenças que vitimavam os brasileiros pelo Estado brasileiro era evidente, mas seguia um padrão de autoritarismo para com os mais pobres, objetivando manter a saúde pública ordenada e o setor econômico de exportação com o saldo positivo.

No próximo subitem, este estudo irá analisar como as autoridades republicanas utilizaram a repressão para implementar a sua política de urbanização e medidas sanitárias.

2.1: Vacina, Urbanização e Métodos Sanitários Repressivos

Um projeto de melhoria urbanística foi um dos métodos utilizados durante a presidência de Rodrigues Alves para modernização e superação dos problemas de infraestrutura da capital federal. Investir em obras de melhoria da cidade significava uma cidade revigorada, que pudesse receber novos investimentos industriais, movimentar o setor de serviços e atrair turistas. Deixar o Rio de Janeiro em uma situação de precariedade, sem saneamento básico, avenidas e ruas sem a devida higienização era impedir o crescimento sociocultural básico e econômico, além de prejudicar a saúde da população. Mas era pensado e executado de uma forma em que se responsabilizava não a ausência de investimento por parte do poder público, mas em causas em que a responsabilidade pela situação de insalubridade era propiciada por fatores exógenos ao poder do Estado, que visava culpar fatores ambientais, geográficos, o comportamento da população, dentre outros, por conta dessa situação de precariedade.

Se o projeto de polícia médica estava intrinsecamente ligado a um perigo identificado A 'coabitação numerosa", este perímetro o materializava- -se no meio urbano, caracterizado como um meio hostil devido A grande concentração de indivíduos e a seu relacionamento aparentemente irracional e desordenado. Ao tematizar o campo, a medicina social contrapunha a pureza de suas condições atmosféricas e a insalubridade do ar confinado nas cidades para ressaltar o seu alto grau de periculosidade. Operando com as coordenadas de espaço e tempo, a reflexão médica decompunha o todo urbano, tratando-o como sistema de intercomunicações ou contato desordenado entre elementos que circulam; sua estratégia consistia em produzir uma comunicação controlada, harmonizando as relações entre a população e os vários componentes materiais da cidade. Ao responsabilizar a desordem urbana pela degeneração não só da saúde física como "moral" da população, a medicina

social diagnosticava causas naturais, relacionadas as peculiaridades geográficas do Rio de Janeiro, e, sobretudo, causas sociais, tanto no nível do funcionamento geral da cidade como de suas instituições. (BENCHIMOL, 1992, p. 116).

Os sanitaristas acreditavam que investir em obras de melhoria na cidade era investir na saúde pública, pois se as autoridades atacassem os focos que faziam proliferar as doenças, como derrubar casas construídas em locais inadequados e sem a higiene necessária, limpar as ruas e avenidas das cidades, seria possível prevenir as doenças que afligiam o Brasil e a capital federal, como a febre amarela e a varíola. Cortiços superpovoados, residências superlotadas, todo esse cenário aliado a ausência de medidas educativas e de informação para a população, aumentavam os problemas da proliferação de doenças.

Segundo Sevckenko (2018), o prefeito Pereira Passos esteve na cidade de Paris quando o Barão de Haussmann iniciou um replanejamento urbano na capital francesa, onde lhe serviu de inspiração para executar o programa de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, um projeto de melhoria da infraestrutura que pudesse dar um melhor posicionamento para as forças da repressão em caso de algum levante popular contra o poder constituído. O foco dos sanitaristas não seria apenas o indivíduo, embora sendo nítido que as autoridades queriam o controle do contingente populacional, mas realizar uma reforma nas cidades também seria de extrema importância para deter as doenças.

Com relação às cidades, urgia sanear o meio, dessecando pântanos, afastando cemitérios, organizando e limpando o espaço urbano das aglomerações e da estagnação dos fluxos- do ar, da água e dos homens. A intervenção sobre as doenças sofreu então dois deslocamentos fundamentais. Não cabia mais intervir apenas sobre o corpo do indivíduo, visto que as doenças vinham de fora: era necessário agir sobre o “corpo social”. A medicina se fez coletiva para combater a doença de forma mais eficaz. Além disso, não se tratava de combater a doença já instalada no indivíduo, mas de evitá-la, promovendo a saúde. O objeto da ação médica passou a ser a prevenção, e para efetuar-la seria necessário controlar fluxos e aglomerações, esquadrinhando e transformando o meio, especialmente a cidade (MARQUES, 1995, p. 56).

Outro fator que deve ser considerado é que o estamento burocrático brasileiro trouxe ideias do continente europeu para realizar suas pretensas reformas políticas. Os institutos dedicados a ciência de uma forma geral no Brasil eram muito influenciados pelo racismo, evolucionismo e darwinismo social. Era um pensamento essencialmente conservador, a exclusão social no Brasil prosseguia em larga escala, muito embora houvesse esse projeto

político de vacinação e obras de melhoria na capital federal, mas o ideário político no Brasil era racista e com propostas de branqueamento.

No entanto, ao lado das querelas internas aos institutos, sobressaía certa intenção comum que os identificava: criar uma história brasileira, ou melhor, dar um passado ao país e generalizar histórias de certos grupos regionais influentes. Com efeito, os institutos cumpriram à risca o ditado que diz que “para bem lembrar é preciso muito esquecer”, mesmo que tal atitude deliberada implicasse uma eleição rigorosa dos pares, para melhor delimitar o espaço dos excluídos. Nesses centros, o tema racial pareceu auxiliar na construção de uma história branca e europeia para o Brasil. Mais uma vez a cópia não era absolutamente fiel ao modelo: nos institutos, teoria evolucionista e monogenismo apareciam ao lado dos pressupostos darwinistas sociais e poligenistas, como se modelos originalmente excluídos pudessem ser mesclados. Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o “natural branqueamento” da população[...]. (SCHWARTZ, 1993, p. 100).

O pensamento racista no Brasil era evidente, onde até mesmo os periódicos especializados em saúde pública davam espaço para que as ideias de cunho racista fossem disseminadas através de suas publicações científicas. Até mesmo a capacidade intelectual dos negros era comparada com as das pessoas brancas com alegações infundadas que afirmavam a superioridade das habilidades cognitivas dos brancos em relação aos negros. Em uma publicação, a Revista Brazil Medico afirma dessa maneira:

E não se julgue que a desconsideração seja descabida. As reações morbidas se bitolam pelas capacidades organicas. A vulneração do órgão psychico sera n' um individuo de cor branca supportada por forma outra que n' um negro, em que a evolução mental se mostra retardada. O mesmo órgão em cada um dos casos tem cappareidade diferente. (Revista Brazil Medico, 22 de abril de 1887).

As autoridades republicanas também estimulavam a imigração europeia afirmando que essa política traria resultados benéficos para o Brasil. O jornal Diário de Pernambuco divulga um relatório em que um ex ministro da agricultura pede de forma encarecida a importação de imigrantes vindos do continente europeu, alegando que essa política traria resultados positivos para o Brasil.

Para esse feito, além dos meios indirectos a que teria de recorrer, subsidiaria com uma parte das despesas da passagem, sempre que fosse necessario, aos imigrantes que espontaneamente ou a chamado de famílias ja aqui estabelecidas, procurassem, sem o menor constrangimento, o nosso paiz. Comprehende-se a imensa vantagem que adviria a este serviço da exclusiva

introdução de imigrantes que bem claro deixassem o desejo de instalar-se no nosso territorio, pela applicação de suas proprias economias ao pagamento de uma parte pelo menos das despesas de seu transporte. Seria isso uma manifestação irrecusavel da vontade neste caso attendivel do imigrante, que devera ser respeitada pela intervenção efficaz dos seus próprios patricios, aqui collocados, bem como uma propaganda criteriosa, honesta e patriotica nos paizes europeus.[...]. (Jornal Diario de Pernambuco (PE), 28 de junho de 1890).

O darwinismo social foi uma ideologia política muito prestigiada no Brasil como Schwartz descreveu, assim como no continente europeu onde ela surgiu. As teorias do darwinismo e social darwinismo eram bastante valorizadas pelos cientistas sociais brasileiros de renome, como essas ideias muita das vezes de cunho racista circulavam e eram livremente debatidas e muito bem aceitas pelo pensamento da época, não é difícil de entender que os negros, mestiços e os economicamente desfavorecidos tivessem um tratamento coercitivo e desumano, pois o pensamento do social darwinismo de Herbert Spencer era de que só os mais aptos da sociedade poderiam sobreviver.

Devia-se deixar que as pessoas e organizações se desenvolvessem a si mesmas e à sociedade a seu próprio modo, da mesma maneira como as outras espécies vivas foram deixadas no mundo da natureza livres para se desenvolver e se adaptar. Qualquer ajuda do Estado seria uma interferência no processo evolutivo natural. As pessoas, empresas ou instituições que não pudessem adaptar-se ao ambiente eram incapazes de sobreviver, devendo-se permitir que percessem ou se extinguissem em nome da melhoria da sociedade como um todo. Se os governos continuassem a sustentar os pobres e fracos, estes durariam, enfraquecendo por fim toda a sociedade, além de violarem a lei primária segundo a qual só os mais fortes e mais capazes sobrevivem. Spencer assinalou que, garantindo que só os melhores sobrevivam, as sociedades podem se aprimorar e alcançar eventualmente a perfeição. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2010, p. 144).

O darwinismo social era extremamente popular no Brasil, onde autores importantes como Euclides da Cunha abraçavam essa ideologia que era racista e excludente para com as etnias indígenas e os afrodescendentes, e eram ideias que circulavam livremente entre as instituições e intelectuais no Brasil entre o final do Oitocentos e o início do período republicano.

O poligenismo brasileiro era a forma darwinista de 'racismo científico' (entre aspas porque Darwin era um monogenista). Poligenistas pré-Darwin eram apoiados por aqueles que achavam ofensivo que judeus pudessem ter sido os ancestrais de toda a raça humana. Os primeiros poligenistas norte americanos, como o anatomista Samuel George Morton, eram celebrados pelos darwinistas sociais brasileiros, como Euclides da Cunha, que admirava o trabalho pró-escravos - *pro-slavery* - dos estudantes de Morton, George R.

Gliddon e Josiah Clark Nott. O que atraía Cunha era a idéia da origem diferenciada das raças, que fazia possível uma América autônoma, berço da espécie humana - idéia adotada pelo paleontólogo argentino Florentino Ameghino. O antropólogo inglês James Cowles Prichard afirmava que Adão era negro e que toda a espécie humana tinha se tornado progressivamente branca através de um processo semelhante - a seleção sexual -, o que foi de imediato considerado fonte de classificação evolucionista da raça humana, de preto para branco, de superior para inferior. O aparentemente alto nível de miscigenação no Brasil converteu o país em um 'grande laboratório racial', cujos técnicos eram preeminentemente cientistas germânicos de posse dos últimos métodos em craniometria. Esta rica mistura de teoria e método converteu o Brasil em uma fonte fecunda da teoria racial nos fins do XIX e início do século XX. (CLICK; DOMINGUES; SÁ, 2003, p. 24).

A importância de citar a influência do darwinismo e darwinismo social no período em que antecede e ocorre a Revolta da Vacina é porque são linhas de pensamento muito influentes no Brasil, que tinham bastante relevância nos meios de produção de conhecimento como institutos de pesquisa governamentais e até mesmo na imprensa. O plano urbanístico de Pereira Passos seguia um modelo de expulsão de famílias pobres de residências mal construídas e sem a higiene adequada, mas sem realizar nenhuma ação política que pudesse recolocar essas famílias em algum assentamento de moradia popular construída pelo poder público.

Segundo Chalhoub (1996), no ano de 1893, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Barata Ribeiro, montou uma verdadeira operação de guerra para expulsar uma comunidade constituída por 4 mil pessoas que se chamava “Cabeça de Porco”, que habitavam esse cortiço em que as autoridades e a imprensa da época classificavam como um local onde vicejavam pessoas desordeiras e sem higiene alguma onde colocavam em risco a saúde da capital. Os moradores foram expulsos, as casas derrubadas e não se sabe em que local essas famílias foram morar. As autoridades republicanas reprimiam a construção de casas em locais não autorizados e não forneciam nenhum subsídio de moradia para essas pessoas humildes.

O darwinismo já pregava que só os mais fortes deveriam sobreviver. Herbert Spencer era muito aclamado no Brasil e as autoridades republicanas desde o início já tratavam as pessoas mais fragilizadas da sociedade através da força, sem fornecer nenhum amparo. A ideologia social darwinista do evolucionista Herbert Spencer pensava exatamente assim, condenando qualquer auxílio aos direitos elementares mais básicos, como educação e moradia:

Spencer escreveu sobre as implicações da evolução para o conhecimento e a experiência do homem. Ele afirmava que o desenvolvimento de todos os aspectos do universo, incluindo o caráter humano e as instituições sociais, é evolutivo, operando de acordo com o princípio da sobrevivência dos mais capazes, expressão que ele cunhou. Foi a sua ênfase no que veio a ser

denominado darwinismo social, a aplicação da evolução à natureza humana e à sociedade, que foi recebida com tanto entusiasmo na América. A concepção utópica de Spencer sustentava que, por meio da sobrevivência dos mais capazes, evidentemente só os melhores sobreviveriam. Por conseguinte, a perfeição humana era inevitável desde que nada interferisse na ordem natural das coisas. Ele defendia com veemência o individualismo e um sistema econômico de laissez-faire, opondo-se a toda tentativa governamental de regulamentar a vida dos cidadãos, condenando até subsídios à educação e à habitação. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2010, p. 144).

As ideias de força eram extremamente comuns no pensamento social darwinista de Herbert Spencer, a noção de que os seres vivos melhor adaptados ao ambiente é que teriam a maior probabilidade de sobreviver e se multiplicar. As políticas do prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos e do médico Oswaldo Cruz seguiam uma cartilha da coação sobre a população, derrubadas de prédios e casas em situação em que as autoridades consideravam como áreas de risco, e o projeto de lei apoiado por Oswaldo Cruz exigia a imunização obrigatória. Tudo era força policial e coerção pura e simples, sem anuência para qualquer política humanizada que às duas situações pediam, que seriam o investimento em melhorias de infraestrutura e da vacinação contra a varíola. Mas Oswaldo Cruz exigia medidas preventivas de saúde, utilizando a repressão para combater a febra amarela.

[...] Esse serviço de profilaxia específico de febre amarela deve ser contínuo e ininterrupto; disso depende sua eficácia. No momento atual cumpre-nos pôr em prática as medidas relativas à quadra epidêmica. Devemos preservar os amareletos, ainda infectantes, das picadas dos mosquitos e devemos destruir os estegomias adultos que tiverem ou não oportunidade de picar o amarílico e mais, preservar os receptíveis contra a infecção possível pelo culicídeo infectado, depois de terminado nele o ciclo exogênico do germe produtor da moléstia. Para que esse serviço seja profícuo, convém quanto antes que se estabeleça uma lei que torne efetivas as disposições regulamentares já existentes sobre notificação compulsória, estabelecendo medidas repressivas enérgicas contra os sonegadores de doentes. Para que essa repressão possa ser rápida e proveitosa, conviria destacar para junto da repartição sanitária federal um representante do poder judiciário, encarregado de tomar efetivas essas medidas repressivas no mais curto prazo de tempo possível, de modo que a punição do delito venha a ser tão rápida quão deveria ter sido o cumprimento do dever ora menoscabado e punido. [...]. (FRAGA, 2005, p. 51-52).

As medidas exigidas pelo sanitarista Oswaldo Cruz visavam realmente combater os problemas da saúde pública, mas as medidas visavam enfrentar esse litígio com atos energicamente repressivos contra a sociedade civil, inclusive contra os acometidos por enfermidades. Para sua melhor eficácia, seria necessário aplicar as políticas de urbanização e medidas de saúde de uma forma enérgica, mas de maneira alguma utilizando as forças policiais

que eram extremamente violentas contra os pobres que ficavam doentes e moravam nos cortiços. A Revolta da Vacina se dá por meio da insatisfação contra essa política de Rodrigues Alves em desrespeitar os direitos básicos dessas populações, como o atendimento humanizado em saúde e adoção de políticas públicas de moradia popular para essas pessoas.

2.2: Vacina Coercitiva e Darwinismo Social: uma Reflexão do Diálogo na Saúde Pública

A vacinação no Brasil tem um longo histórico de obrigatoriedade, pois desde o ano de 1804 o imunizante que combate a varíola começou a ser aplicado no Brasil, ainda colônia de Portugal. Igualmente longa é a história de resistência a aplicação da vacina de Jenner no território brasileiro. Havia um grande problema de comunicação na presidência de Rodrigues Alves, onde a política de vacinação era imposta e não discutida com a sociedade. Para o bom funcionamento da administração pública é necessário que o poder constituído explique para a população a medida que está sendo implementada, então o fator explicação e convencimento pelo diálogo se torna primordial para um bom funcionamento da administração pública.

Foi nesse contexto que o presidente Rodrigues Alves nomeou o sanitarista Oswaldo Cruz diretor-geral da Saúde Pública. Seu papel era, principalmente, debelar as três epidemias que atingiam a capital federal: febre amarela, peste bubônica e varíola. Para combater as duas primeiras, priorizou o controle de ratos e mosquitos, hospedeiros das doenças. Já contra a varíola, prescreveu a vacinação em massa, medida que não foi bem aceita pela população, a qual reagiu à entrada dos médicos e funcionários em suas casas. A vacinação passava a ser obrigatória e era necessário apresentar o comprovante para matricular crianças em escolas, viajar, abrir comércio, entre outras atividades. A determinação veio, porém, sem “receituário”, e as autoridades não acharam que precisavam explicar a sua eficácia. (SCHWARTZ, 2020, p. 173-174).

O projeto de vacinação, inclusive obrigatória era importante para conter a varíola, mas como em toda democracia representativa, as autoridades constituídas têm o dever e a obrigação de explicar suas políticas para as pessoas que eles representam. Negar esse direito é exercer o poder de forma autocrática, pois a democracia e o diálogo se tornam necessários para o sistema político funcionar com estabilidade. Como a lei obrigatória foi o principal motivo da Revolta da Vacina, tem-se a percepção inicial de que a democracia republicana não era total, o que é fato, dado que apenas um pequeno contingente populacional tinha o direito garantido de votar.

Segundo Carvalho (1987), inúmeras leis que previam a aplicação obrigatória do imunizante de Jenner foram aprovadas no período imperial e republicano, onde apesar de certas resistências, havia sempre uma forma de burlar essas leis, mas a Revolta da Vacina de 1904 foi

inédita pela questão de a obrigatoriedade na legislação acabar ocasionando uma revolta popular. Com a lei aprovada em 1904, houve uma reclamação geral da sociedade por essa intromissão na vida particular que os oponentes da lei acreditavam ser uma decisão individual do cidadão em escolher se vacinar.

ENDÊMICA no Rio, como em todo o país, a varíola entre nós dava surtos epidêmicos no outono e, principalmente, no inverno. Em 1904 os casos começaram em março. O diretor da Saúde Pública afirmava categoricamente: o único remédio para combater a varíola é a vacinação obrigatória. Tem varíola quem quer. De fato, os meios acessórios de combate ao mal - isolamento, desinfecção, vigilância - nada conseguem. O meio eficaz, universalmente julgado desde Jenner. é a vacina. Em junho, a Comissão de Saúde Pública do Senado, ante a devastação epidêmica, propôs a vacinação obrigatória em todo o território nacional. O projeto foi impugnado em nome da liberdade individual. Os positivistas e parte da imprensa colaboraram na oposição ao projeto. Berravam os opositores - vacinação obrigatória é sinônimo de sifilização obrigatória. (FRAGA, 2005, p.105).

A legislação e a ação do governo de Rodrigues Alves eram draconianas, mas devemos considerar alguns fatores: a varíola e outras doenças acometiam o País inteiro, incluindo a capital federal, superlotando hospitais e causando muitas mortes, então deve ser feito um questionamento se a vacinação e demais medidas de contenção deveriam realmente seguir todo esse rigor?

Inexistia uma ação nacional coordenada e permanente no campo da saúde pública para atender um país que entrou muito enfermo nas primeiras décadas do século XX. Em 1903, a expectativa de vida no Brasil era de 33 anos. Uma série de epidemias grassava em todo o território, chegando nos navios que aportavam nas cidades do litoral e seguindo pelo interior, ou desenvolvendo-se de maneira endêmica. Peste bubônica, tuberculose, varíola, tifo, cólera, malária e febre amarela faziam parte do cardápio de doenças que mais matavam no começo da Primeira República. (SCHWARTZ, 2020, p.20).

Existia um cenário de extrema gravidade na administração da saúde pública no Brasil em 1903, doenças e baixa expectativa de vida levaram Rodrigues Alves a nomear Oswaldo Cruz para levar adiante esse projeto para debelar a febre amarela, peste bubônica e varíola. A medida equivocada do governo foi obrigar a aplicação do imunizante sem a explicação prévia dos efeitos colaterais mínimos que acometiam os vacinados. Democracia é o governo de todos e é impossível ter a adesão completa da sociedade, por isso a falta do diálogo com a política de saúde pública agravou o frágil governo de Rodrigues Alves e o projeto de imunização.

O Brasil aboliu a escravidão em 1888, tendo sido o último país do continente americano a extinguir o trabalho de escravizados africanos, a infraestrutura da capital e da nação eram precárias, poucas pessoas tinham a participação política eleitoral garantida por lei. O Brasil durante todo o período da República Velha tentava se modernizar, mas com bastante dificuldade pois no início do século XX ele tinha vários problemas estruturais que impediam esses avanços: democracia restrita e doenças que vitimavam milhares de pessoas.

[...] Tanto a abolição da escravidão (1888) quanto a proclamação da República (1889) foram acontecimentos significativos na vida nacional brasileira, à medida que impulsionaram o primeiro surto industrial, que, por sua vez, desencadeou a organização do trabalho livre e, com a queda do Império, inaugurou a experiência de um novo regime político, o republicano. Desde esse período não apenas apontou-se para a necessidade de modernização da sociedade brasileira, mas acirraram-se as contradições próprias de uma organização socioeconômica de caráter burguês, exigindo, em decorrência, que o novo governo, os políticos e os segmentos progressistas da sociedade apresentassem solução. Os problemas eram dos mais variados matizes, a começar pela crise em seu sistema de produção decorrente da falta de mão-de-obra qualificada em contraposição ao grande contingente de pessoas pobres desempregadas, que, em busca de trabalho, amontoavam-se no meio urbanizado, em casarões em condições precárias. Sem saneamento básico e em meio a muita sujeira, a proliferação de doenças endêmicas e epidêmicas como a febre amarela, a malária, a varíola, a tuberculose e tantas outras era comum nas cidades em processo de urbanização. [...] (BOARINE, 2011, p. 78).

A política brasileira era extremamente elitista, fazendo com que poucos votassem e, portanto, poucos pudessem influir econômica, política e socialmente. Nesse contexto gritante de exclusão de grande parte da sociedade brasileira, constituída majoritariamente por negros e pobres, o projeto de reurbanização e vacinação de Rodrigues Alves se pautou pela ausência da participação popular na consecução desses dois projetos, um de infraestrutura e o outro de vacinação, ambos de extrema importância para o bem-estar da população, pois a varíola era uma doença extremamente grave e potencialmente letal.

Diante de uma situação pré-concebida de exclusão social onde havia pouca participação no processo político brasileiro, a questão da vacinação obrigatória seria tomada de maneira vertical, seguindo as diretrizes eminentemente governamentais, daí o resultado extremamente rígido de impor a vacinação sem a importante participação popular nessa tomada de decisão de aplicação da vacina para conter a varíola. Nesse ponto, as autoridades republicanas poderiam aplicar a legislação vacinal compulsória sem qualquer contestação?

[...] Mutadis mutandis, no caso daquele que opta por se vacinar, na questão casuística considerada por Kant, a possível vítima da varíola não cria a pandemia que enfrenta e, do mesmo modo que o navegante frente a uma tempestade, ele também tem que tomar uma decisão ou outra para proteger a sua vida, dentre elas, a vacinação. Nesse sentido, a evolução da segurança e da eficácia das vacinas poderiam justificar uma resposta positiva à interrogação kantiana, pois seria um meio muito mais eficaz de salvar a própria vida do que não aplicar o imunizante. Portanto, nos dias atuais, soaria como um atentado contra o dever perfeito para consigo de não se suicidar, ou seja, de autopreservação, não fazer a vacina. De se registrar, por derradeiro, que tal argumento não dá amparo à interpretação de Euler de que poderia ser tornada coativa a vacinação. Isso porque não caberia ao Estado, em princípio, interferir no corpo da pessoa, especialmente quando o maior prejudicado pela decisão de não se vacinar é a própria pessoa que toma tal decisão, já que os outros poderiam se proteger justamente usando o imunizante. Não houvesse essa opção do uso de um imunizante para a autoproteção, aí, sim, caberiam medidas para evitar uma pandemia, como aquelas que se tornaram obrigatórias na pandemia do coronavírus, durante o ano de 2020. Porém, tais medidas perdem a sua justificativa no momento mesmo em que o imunizante se torna disponível para todos (DUTRA, 2020, p. 194).

Na citação acima, através do questionamento kantiano sobre a possibilidade ou não de se deixar inocular pela vacina, o autor do artigo elabora a teoria de que o indivíduo poderia optar pela tomada do imunizante, sem a necessidade de se utilizar medidas coercitivas para tal finalidade. Nesse ponto, a vacinação de uma forma abstrata, poderia ser uma tomada de decisão voluntária e individual, sem a necessidade da intervenção estatal para a execução da medida de vacinação. Mas a situação tinha uma duplicidade, onde até mesmo os poderes tinham ações em que eles divergiam, pois, enquanto o poder executivo se manifestava favorável ao uso da força para aplicar a vacina contra a varíola, o Supremo Tribunal Federal se colocava contrário as medidas coercitivas relacionadas à política higienista no início do século XX.

Importante observar que, já no início do século XX, o Supremo Tribunal Federal foi instado a se manifestar, ao conceder ordem de habeas corpus preventivo para afastar a ameaça de constrangimento ilegal representada pela intimação do inspetor sanitário para ingressar em residência privada e proceder a uma desinfecção. A Corte considerou inconstitucional a disposição regulamentar que facultava “[...]às autoridades sanitárias penetrar, até com o auxílio da força pública, em casa de particular para levar a efeito operações de expurgo[...]” (LIMA, 2021, p.237).

No ano seguinte à Revolta da Vacina um detalhe chama bastante a atenção pelo fato de não ter havido um novo surto de varíola na capital federal, devido ao grande número de contaminados e mortes pela varíola no ano anterior e também pelos resultados positivos obtidos pela imunização.

Em 1905 dizia o Diretor: “A varíola não se manifestou sob forma de epidemia, o que era, aliás, de esperar, à vista não só da grande epidemia do ano de 1904 que imunizou e eliminou grande número de não vacinados, como da extensa vacinação e revacinação a que esta Diretoria teve ocasião de proceder antes da antipatriótica campanha, feita contra essa medida profilática, a única capaz de fazer desaparecer dentre nós esta moléstia vergonhosa que só grassa hoje em dia entre os habitantes das nações não civilizadas. (FRAGA, 2005, p. 118).

Diante de uma nação aonde grande parte dos intelectuais se mostravam favoráveis ao darwinismo social, seria de esperar que as autoridades republicanas, através de suas medidas coercitivas, se dedicassem de uma maneira contrária, permitindo que a contaminação em massa atingisse um grande número de pessoas, deixando que só os mais aptos pudessem sobreviver. Mas de qualquer forma, mesmo com o interesse do governo em vacinar a população, a premissa das políticas públicas no Brasil republicano, que era pouco afeito a democracia total, visava medidas repressivas extremas como formas de administração do poder político, buscando efetivar os projetos políticos das elites dominantes.

[...] Sob a alegação de que estavam em jogo interesses do conjunto da Nação, o Estado brasileiro primeiro-republicano não agia com sutileza disciplinadora para garantir a ordem pública. Ao contrário, os donos do poder não hesitaram em valer-se, até a náusea, da violência física para imobilizar os indesejáveis. Este fato põe em dificuldade a tese de inspiração foucaultiana segundo a qual, no marco das greves operárias do primeiro período republicano, a ineficácia das medidas punitivas e policiais de controle da força de trabalho teria levado à introdução de tecnologias de adestramento e controle nas fábricas e de gestão científica da miséria lideradas por médicos, quer pela higienização dos corpos e das casas populares, quer pela imposição ao povo de normas familiares burguesas, quer pela apropriação da infância pobre pelo saber médico, quer pela expansão de instituições disciplinares como hospícios, reformatórios e escolas. (PATTO, 1999, p. 171-172).

A violência do Estado republicano se aplicava para a neutralização das ameaças, e para conseguir os objetivos almejados pela elite dominante, sendo que nesse ponto, a política de saúde pública e vacinação de Rodrigues Alves seguiu os ditames que eram sempre reeditados pelos governos que se alternavam no poder, eram políticas direcionadas pela ação normativa habitual, ou seja, a repressão em áreas da saúde pública, trabalho e educação.

A ideologia social-darwinista e o Estado republicano brasileiro eram elitistas em suas origens, não tinham um apreço pela democracia total e queriam o nivelamento governamental partindo de uma ação política de cima para baixo.

[...] O darwinismo social se adequava à sua mentalidade elitista, onde a idéia de desigualdade estava profundamente enraizada. Em sua concepção, os homens eram desiguais por natureza, e o mesmo ocorria quanto à estrutura da sociedade, para sempre destinada a ser dirigida pela minoria dos mais aptos a governá-la. (MAYER, 1987, p. 276).

Segundo o Ministério da Saúde (2003), o Brasil começou a aplicar as primeiras vacinas no ano de 1804. Durante esse tempo, inúmeras doenças foram erradicadas até a década de 80 de século XX, incluindo a varíola.

Mas na República Velha, o conceito de direitos humanos era inexistente e a atenção primária da saúde era efetuada pela noção de polícia médica, fatores que impediam aquilo que seria mais importante para a política vacinal: o atendimento de saúde humanizado. Essa foi a falha capital do gabinete de Rodrigues Alves, uma atenção enérgica que exigia um atendimento humanizado em se tratando de executar a política de saúde pública, nesse caso, a imunização antivariólica. Seria importante travar um diálogo humanizado com a população.

Isto é, sem comunicação não há humanização. A humanização depende da capacidade de falar e de ouvir, pois as coisas do mundo só se tornam humanas quando passam pelo diálogo com os semelhantes, ou seja, viabilizar nas relações e interações humanas o diálogo, não apenas como uma técnica de comunicação verbal que possui um objetivo pré-determinado, mas sim como forma de conhecer o outro, compreendê-lo e atingir o estabelecimento de metas conjuntas que possam propiciar o bem-estar recíproco. (COLLET; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016, p. 281).

O Estado republicano seguiu, como o Estado imperial, sendo patrimonialista, onde não havia uma diferenciação entre o público e privado no tocante ao uso da máquina pública. A corrupção grassava em todos os setores do Estado, então pensar em uma política de saúde humanizada no Governo de Rodrigues Alves seria uma anomalia do sistema onde os desmandos e a corrupção além de norma, eram uma regra geral. Raymundo Faoro comenta dessa forma:

[...] Nada mais convincente e cômodo ao poder central, cuja oligarquização, para se consumir, e se considerar eternizada, não necessitava de mais que de ver executada a oligarquização dos Estados. "Desde aí a intervenção nos Estados encontrara a sua norma conciliatória, mediante um tácito ajuste entre eles e a União. Uma troca de atribuições e uma cessão mútua de garantias harmonizavam as diferenças. O governo federal entregava cada um dos Estados à facção, que dele primeiro se apoderasse. Contanto que se pusesse nas mãos do presidente da República, esse grupo de exploradores privilegiados receberia dele a mais ilimitada outorga, para servir, corromper e roubar as populações. (FAORO, 2001, p. 680-681).

Diante desse pacto onde o poder central, na figura do governo federal, e os estados nas mãos das oligarquias locais selaram uma espécie de pacto político em que cada facção política poderia dispor dos recursos públicos de uma forma corrupta e com total descaso com a população. A corrupção desviava os recursos que poderiam ser investidos em políticas de saneamento básico e vacinação com a orientação necessária que a sociedade precisava. A repressão era utilizada como uma política normativa do investimento em saúde, fosse a demolição de cortiços, desinfecção de casas. Nesses locais e a aplicação de vacinas atendiam um parâmetro das autoridades republicanas, o que acabou ocasionando o choque com a sociedade que acabou culminando com a Revolta da Vacina, cujo resultado foi a suspensão do projeto de imunização contra a varíola.

Essa pesquisa destaca o pensamento darwinista pelo fato de sua extrema popularidade no mundo inteiro, e nesse caso o Brasil não ficou alheio ao pensamento evolucionista da segunda metade do século XIX. Em fins do Oitocentos e começo do século XX as ideias evolucionistas de Charles Darwin e Herbert Spencer impressionavam o continente europeu, os Estados Unidos e também o Brasil. As ideias de luta pela existência vieram do receituário darwinista, e como no Brasil o darwinismo social tinha uma proeminência muito impactante, realçar essa simbiose entre Darwin e Spencer é importante para entender como o Brasil republicano realizava suas incursões médico-sanitárias como a vacinação obrigatória incluída nessa forma de política oficial. As ideias evolucionistas de Darwin e Spencer também se tornaram muito populares nos jornais, dedicando muita atenção aos pensadores Darwin e Spencer, evidenciando sempre o pensamento de luta pela vida e de que só os mais fortes conseguiriam sobreviver.

[...] *“Letras e Artes Darwinismo em acção. Na lucta pela vida o forte vence o fraco é a lei. Quem não trabalha não tem direito à vida. Máximas Darwinianas Hei de applicar-te oh rei a lei darwiniana A ti que és darwinista a ti que és soberano A lucta pela vida é para o ser humano, o que é para o animal a raça simiana Mas p’ra lucta mister ser forte, a força emana do sangue e do trabalho, e tu sábio sigano Pela lei do ativismo és fraco: és feniano Por tua educação catholica romana. Pois bem! Agora vê. Si o fraco vence o forte Si a lei da selecção se estende até a morte Quando o rijo operário o povo o antigo Scynther Souber que o throno é o altar de um maripanço abjecto Há de quebra-lo como um insecto Ou como de um festem se expelle”* Genérico dos Santos (A Província de São Paulo, 22 de janeiro de 1877). Assim, enquanto em A Província reproduziam-se as “Máximas Darwinianas”, no Correio grandes listas de livros da famosa livraria A. L. Garraux (que incluíam as obras recentes de Comte, Darwin e Spencer) passavam a fazer parte do cotidiano do jornal. [...] Por fim Spencer, talvez o maior teórico da evolução vivo na época, era também citado com grande frequência nos editoriais de diversos jornais, em especial em A Província. Os artigos referiam-se à sua vida; seus discursos

eram transcritos e inclusive lançavam-se boatos, talvez para comover os leitores[...]. (SCHWARTZ, 2017, p.120-121).

O darwinismo e darwinismo social eram pautas muito populares nas redações de jornais, tinham notas muito positivas nos periódicos onde eram difundidos e eram os principais meios de informação em massa da época. Ideias de força e de que só a elite governante era capaz de dirigir uma sociedade sem a democracia total eram o pensamento social darwinista de Herbert Spencer, que seria a sociedade dos persistentes.

Spencer condena toda interferência estatal na economia com o argumento de que é preciso não colocar obstáculos à lei cósmica que exige a eliminação dos incapazes e fracassados da vida: "Todo o esforço da natureza é de desembaraçar-se deles, limpando o mundo da sua presença e abrindo espaço para os melhores". [...] (LOSURDO, 2009, p. 701).

O pensamento do naturalista Charles Darwin da seleção natural se coloca da mesma maneira que o da sobrevivência dos mais aptos do evolucionista Herbert Spencer. Essa afirmação pode ser corroborada dessa maneira:

[...] Devido a esta luta, as variações, por mais fracas que sejam e seja qual for a causa de onde provenham, tendem a preservar os indivíduos de uma espécie e transmitem-se ordinariamente à descendência logo que sejam úteis a esses indivíduos nas suas relações infinitamente complexas com os outros seres organizados e com as condições físicas da vida. Os descendentes terão, por si mesmo, em virtude deste fato, maior probabilidade em persistir; porque, dos indivíduos de uma espécie nascidos periodicamente, um pequeno número pode sobreviver. Dei a este princípio, em virtude do qual uma variação, por insignificante que seja, se conserva e se perpetua, se for útil, o nome de seleção natural, para indicar as relações desta seleção com a que o homem pode operar. **Mas a expressão que Sr. Herbert Spencer emprega: “a persistência do mais apto”, é mais exata e algumas vezes mais cômoda.** [...]. (DARWIN, 2017, p. 68-69, grifo nosso).

Essa pesquisa enfatiza que é importante destacar o ideário do darwinismo social na sociedade brasileira daquela época, pela sua própria forma de abordagem de como essa política deveria ser efetuada. A política oficial de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, sem retirar o mérito da capacidade intelectual de ambos, era dirigida de uma forma completamente elitizada através da exclusão popular. Essa forma de ausência do estabelecimento do debate sobre a saúde entre o governo federal e a sociedade falhou, causando assim, a resistência da população em aceitar as medidas de imunização obrigatória sem o devido processo de convencimento. Sob a

presidência de Rodrigues Alves isso não ocorria como em certos momentos da história da saúde pública, as medidas de coerção eram realizadas normalmente.

Em determinado momento da história, a saúde passa a ser valorizada como um bem acima de qualquer discussão, justificando assim formas coercitivas de controle social em nome da utilidade e da felicidade do maior número, da piedade compassiva pelos que sofrem e do condicionamento de comportamentos considerados mais saudáveis pelo saber médico científico higienista do momento. [...]. (COLLET; OLIVEIRA; VIEIRA, 2016, p. 281).

A sociedade republicana como forma de controle social agia de forma totalmente contrária aos padrões de atendimento humanizado em saúde pública. Agia com violência contra a população humilde do Rio de Janeiro, colocando em prática as políticas verticais de intransigência administrativa, rompendo com os preceitos básicos da democracia ao agir com violência, forçando a população a tomar o imunizante jenneriano sem o devido diálogo com a sociedade.

O *weltanschauung* do Estado republicano funcionava dessa forma, antidemocrático e excludente, típico de uma sociedade patrimonialista, onde existe um distanciamento entre a elite detentora do poder e o restante da sociedade.

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *lato sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade. (CAMPANTE, 2011, p. 154-155).

Esse distanciamento habitual do Estado brasileiro para com a sociedade se tornou evidente em relação à política higienista e a lei de vacinação obrigatória do Governo de Rodrigues Alves, onde os abusos perpetrados pelas brigadas higienistas acompanhadas de forças policiais cometiam toda sorte de violência contra os mais pobres que habitavam os cortiços e que não tinham representação política e os seus direitos de cidadãos respeitados.

A ruptura institucional eclodiu de fato na cidade do Rio de Janeiro com a Revolta da Vacina, ocasionado pela repressão oficial, inexistência de diálogo com a sociedade e a cultura habitual de agir politicamente sem realizar uma consulta democrática e popular aos cidadãos.

No próximo capítulo essa pesquisa irá analisar as notícias falsas e os seus impactos nas políticas higienista e de vacinação do Presidente Rodrigues Alves.

CAPÍTULO 3: O PROBLEMA DAS FAKE NEWS CONTRA A VACINA NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA

Embora as chamadas *Fake News* sejam um termo recente que se popularizou a partir do ano de 2016 após a eleição do ex-presidente norte-americano Donald Trump (2017-2021), as notícias falsas através dos mecanismos de imprensa não são uma novidade.

Segundo Bezerra e Agnoletto (2019), as notícias falsas do passado já tinham a intenção deliberada de desinformar e induzir as pessoas ao erro, cujo objetivo era fazer as pessoas acreditarem em uma realidade inexistente.

De acordo com Salgado (2018), a informação científica era bastante veiculada na imprensa no início do século XX e nos meses que antecederam a Revolta da Vacina, onde os médicos escreviam artigos defendendo a aplicação de vacinas, medidas de higiene e investimentos em infraestrutura como medidas profiláticas contra as doenças que acometiam a cidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma em que a imprensa da época divulgava artigos pró vacina e pró ciência, havia jornais de grande circulação que eram contrários ao imunizante contra a varíola, causando uma certa divisão na opinião pública concernentes as questões da saúde pública. Segundo Carvalho (1989, p. 97-98):

Fora do congresso, o combate à obrigatoriedade deu-se principalmente na imprensa, destacando-se o *Correio da Manhã* e o *Commercio do Brazil*. Vinha dos positivistas ortodoxos do Apostolado a oposição mais intransigente e mais consistente. Desde o final do Império, resistam eles às tentativas de introduzir a obrigatoriedade. Sua oposição baseava-se em dois pontos, um científico, outro filosófico. Pelo primeiro, interpretavam o pensamento de Comte como tendo sido contrário à teoria microbiana das doenças. Pelo segundo, não aceitavam qualquer intromissão do governo, do poder material, no domínio da saúde pública, reservado ao poder espiritual.

A parcela robusta da sociedade civil que tinha o poder da opinião pública era aquela ligada aos meios de comunicação como os jornais. Era a imprensa que produzia os artigos contrários à política implementada pelo Governo Federal através do médico sanitarista Oswaldo Cruz em tornar obrigatória a imunização contra a varíola. A mobilização da sociedade contra a vacinação envolveu parcelas distintas da sociedade na cidade do Rio de Janeiro, tendo os periódicos como o fator essencial para a disseminação das notícias que desestimulavam as pessoas a tomar o imunizante. De acordo com Aguiar (2021, p. 41):

Os debates acirrados entre os parlamentares chegavam à população por meio dos jornais de oposição, que assumiram uma campanha para tentar desmoralizar a medida. Parlamentares e associações de trabalhadores protestaram e foi criada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória. Vários abaixo assinados eram organizados e as listas entregues nas redações dos jornais.

É notável a antipatia dos jornais em relação a vacina antivariólica, mas a população brasileira já tinha um longo histórico de recusa vacinal, muito embora ela fosse obrigatória desde o início do século XIX. Sendo assim, no começo do século XX a recusa vacinal continuava muito forte na mentalidade da população, mesmo diante de um cenário trágico de disseminação da varíola, à imunização não lograva resultados positivos no Brasil nos anos iniciais da República.

Sobre vacinação, varíola e mortalidade infantil, aliás, o relatório de 1900 traz números trágicos, que revelam as consequências do fracasso dos higienistas em atingir a população: as crianças-não vacinadas respondiam pela maioria esmagadora dos casos notificados de varíola, sendo que em 129 óbitos de crianças variolosas menores de sete anos, 91,5% jamais haviam sido vacinadas. Nos 179 casos de varíola ocorridos em maiores de sete anos, 91 pessoas nunca haviam sido vacinadas, e as restantes 88 não haviam recebido a revacinação. Os vacinados atacados pela varíola o foram, em geral, mais de 10 anos a primeira inoculação. (CHALHOUB, 1996, p. 160)

Já havia uma predisposição da população do Rio de Janeiro em recusar a imunização contra a varíola, e esse sentimento de desconfiança era aumentado pela disseminação de notícias que desacreditavam sobre a eficácia e segurança da vacina antivariólica, fazendo inúmeras alegações fantasiosas de que não haveria a necessidade de tomar o imunizante já que a varíola não acarretaria mais a morte de ninguém. Podemos observar na matéria jornalística a seguir um exemplo claro de notícia falsa.

A Hygiene anda mesmo caipora: parece até mandada pelo Diabo... Desinfecta as casas, e as crianças delas morrem queimadas com acido phenico; vachina as pessoas morrem da vacina...Agora ella melbrou de fornecer acido phenico e outras coisas aos infelizes jurisdicionados, e essas coisas são servidas aos mortaes como cerveja: morte repentina e certa. Esta censurado o caiporismo ou a malvadez da Snr. Hygiene.(Jornal O Tagarela, 4 de agosto de 1904).

Além da disseminação de informações falsas sobre as vacinas e os métodos de higienização que estavam sendo postos em prática pelo médico sanitário Oswaldo Cruz, os periódicos alegavam que estavam do lado do povo, que as autoridades constituídas queriam impor o imunizante de forma coercitiva sem considerar a vontade do povo mais humilde.

Reclamavam da imunização compulsória e se julgavam os únicos detentores de todo o conhecimento, inclusive o de que estavam eminentemente corretos ao questionar a eficácia das vacinas e sua obrigatoriedade. A ironia era um dos estratagemas utilizados para desacreditar da ciência e a campanha de vacinação.

O inquérito aberto pela Notícia sobre a palpitante questão da vacina obrigatória, tem feito um grande charivari entre os nossos sábios, que são, como ninguém pode contestar, os primeiros do mundo, tudo quanto há de mais perfeito no gênero: SABIO. O Zé-povo é que tem chuchado descompostura grossa, com a coisa. Imaginem que chegam alguns desses ilustríssimos sábios a dizer com a auctoridade de que se julgam possuidores, que, quem não vae na onda de vacina obrigada, são os ignorantes, os analphabetos;- o povo emfim! Ora muitíssimo obrigados!... Pois, caros srs. Sábios, nos aqui também somos do povo e não vamos nada com essa coisa de vacina obrigatória e não nos temos em conta de analphabetos nem de...sabios, felizmente. (Jornal O Tagarela, 11 de agosto de 1904).

A capacidade do Jornal Tagarela em criar culpados pela varíola e outras doenças que assolavam o Rio de Janeiro era de uma engenhosidade impressionante. Além do fato de se opor ao projeto de lei de vacinação obrigatória contra a varíola, o periódico espalhava notícias extremamente duvidosas, quando não claramente falsas, mas com o nítido objetivo de provocar a dúvida no seu leitor habitual. Não bastava apenas evocar as questões concernentes as liberdades individuais de colocar como facultativo o ato de se vacinar, o folhetim acusava falsamente as autoridades sanitárias de produzir as moléstias como a varíola, febre amarela e demais enfermidades, acusações sem qualquer fundamento, ou seja, tinham o objetivo deliberado de enganar o público.

Quem faz a varíola, a horta e os capinzaes? É a Hygiene municipal, no dizer do Director da saude publica. Quem faz a peste bubônica, a febre amarela, typhos a perniciosas? No entender, de todo mundo, inclusive a hygiene municipal, é o Nuno. Ora, desde que o governo conhece officialmente a fonte de tantas calamidades, fácil lhe sera acabar com o mal, suprimindo de vez a hygiene municipal e a directoria de saude, que são o foco de todas as molestias!(Jornal Tagarela, 19 de fevereiro de 1903).

Segundo Carvalho (1989), o Jornal do Commercio era um dos periódicos que disseminavam notícias falsas que desestimulavam a vacinação contra a varíola, mas nem sempre os jornais foram tão intransigentes e opositores do imunizante jenneriano. Embora seja um fato concreto que o jornal O Malho era um oponente da obrigatoriedade da vacina, em outro

momento ele não parecia ter uma manifestação contrária a esse procedimento profilático, na verdade, ele até aceitava a imunização obrigatória.

O que é para lastimar agora é que o governo entende necessário tornar obrigatória a vacinação, se esteja levantando tão forte campanha contra ella:- é talvez a primeira das consequências dessa obrigatoriedade. Mas amigos meus! Sejamos surdos a essa campanha! A vacina é até agora o único meio conhecido de preservação contra a variola ou da atenuação desse mal horrendo! Pensem um momento no que a variola tem de cruel e de repugnante, mesmo quando não mata; e não hesitam em preferir um meio muito provavel de se verem livres dela a teorias philosophicas que nem preservam do mal, nem remedeiam os seus tristes efeitos! A obrigatoriedade da vacina é um atentado á liberdade espiritual:- damos que seja; mas não há nenhum attentado a essa ou outra qualquer liberdade ir a gente com o seu proprio pé estender o braço á vacina. E é assim que o debate deve encerrar-se: estendamos o braço á vacina salvadora. (Jornal O Malho, 23 de julho de 1904).

Embora as notícias falsas fossem uma constante dos periódicos positivistas nos meses em que antecederam a Revolta da Vacina, nem sempre de desinformação e notícias falsas relacionadas a vacina se ocuparam outras publicações, onde o público interessado nas questões concernentes a saúde pública pudesse encontrar informações de qualidade. Segundo Mendes e Nóbrega (2008), a revista *O Brazil Médico* surgiu em 1887 com o objetivo de produzir material científico e mostrar as pesquisas e experimentos que eram realizados em solo brasileiro, além de ter como objetivo a necessidade de fortalecer a República brasileira através de uma base científica. Em relação aos perigos da varíola e da eficácia da vacina contra à mesma, a revista apresentava os seguintes argumentos:

Antes da gloriosa descoberta de Jenner as manifestações oculares da variola eram tão frequentes e desastrosas que constituíam um dos fatores mais poderosos entre as causas que trassem a perda completa da vista. No principio d'este século Carron de Villards (1), compulsando as estatísticas dos cegos em diversos paizes da Europa encontra 35% cuja cegueira era a consequencia de cicatrises variolosas. Stefann, coeccionando as estatísticas alemãs, acha particularmente na Prussia, a mesma porcentagem antes de se a vacina obrigatoria. A medida que a descoberta de E. Jenner foi tendo uma applicação mais lata os efeitos da variola no órgão da vista tornavam se mais raros e menos funestos: de modo que alguns anos depois já Belivier encontrava no instituto dos meninos cegos, em Paris, a proporção reduzida a 26% (Revista Brazil Medico, 21 de março de 1887).

Como podemos perceber, não existia apenas o lado dos periódicos positivistas que escreviam artigos que desencorajavam o uso imunizante antivariólico, havia revistas de cunho científico que explicavam de forma clara, objetiva e com estatísticas sobre as benesses da

vacinação contra a varíola. O problema é saber o alcance dessas publicações, que certamente não chegavam ao grande público, especialmente as camadas populares.

Segundo Gonçalves, Silva e Apolinário (2021), a educação através de métodos profiláticos, utilizando-se de ferramentas de divulgação de informações verdadeiras através de fontes efetivamente seguras, se tornou o antídoto necessário para conter a disseminação de notícias falsas que colocavam em dúvida o benefício das vacinas, ou seja, a publicação de artigos voltados para a ciência, saúde e vacinas, desde o século XIX, foi importante para fazer um contraponto aos jornais de veiculação diária que se opunham a vacina antivariólica.

Foi um saldo bastante positivo a divulgação de periódicos que estimulavam a aplicação da vacina de Jenner, pois os positivistas antivacinas tinham um meio extremamente popular e de ampla circulação no meio da sociedade que eram os jornais, e através desse instrumento é que eles divulgavam as notícias falsas sobre as vacinas e questões relacionadas a saúde pública, em geral.

3.1: Os Jornais e sua Importância na Disseminação de Notícias Falsas em Relação a Vacina

Os jornais eram extremamente populares, e em um tempo em que a única forma de difusão da informação eram os jornais impressos, as notícias falsas que eram espalhadas através desses periódicos diários chegavam ao conhecimento da população por esse meio de comunicação de massa. Segundo Salgado (2018), foram esses veículos de expressivo conhecimento popular que tiveram um papel determinante na eclosão da Revolta da Vacina, justamente por disseminar massivamente as notícias falsas. O discurso apresentado na imprensa era apresentado como verdade, seguido muitas vezes de pretensas documentações para validar seus argumentos, como na matéria jornalística a seguir:

[...]O orador, em abono dos argumentos expendidos em contraponto ás idéias pregadas pelos partidarios da vaccinação obrigatoria exhibe varios documentos comprobatorios dos males causados pela vaccina-antivariolica, no organismo de certos indivíduos, a ponto de lhe causar-lhes a morte.[...]. (Jornal O Correio da Manhã, 21 de julho de 1904).

Apesar da forte oposição dos positivistas ao imunizante jenneriano, não era incomum o uso da vacina em solo brasileiro, a obrigatoriedade era bem antiga e datava no início do Oitocentos. Segundo Sevcenko (2018), os oponentes da vacina antivariólica diziam que a aplicação do imunizante era uma questão de liberdade individual e à consciência de cada um, a

possibilidade em se vacinar. Mas não era incomum os esforços para a aplicação das vacinas no Brasil, os esforços das autoridades eram debatidos e registrados ainda na época do Primeiro Reinado.

[...] “Que a illustre commissão de saude publica indique uma resolução, que autorise o governo a fazer a despeza urgente, e necessaria para a propagação da vaccina por toda a extenção do imperio”.[...] (Annaes do Parlamento Brasileiro, 2 de setembro de 1826).

Durante o período da Monarquia no Brasil (1822-1889), a vacina contra a varíola era bem conhecida, o poder público não era omissivo em relação à oferta de vacina. As notícias falsas eram bem antigas, datavam do Oitocentos, mas os jornais daquele período demonstram que as autoridades imperiais realizavam esforços para atender a população para prevenir a varíola. Sobre esse aspecto preventivo da vacina podemos observar na seguinte notícia:

[...]“O Dr. Manoel do Rego Macedo, Cirurgião-mór de divisão de corpo de saude do exercito, foi nomeado para com urgencia ir a freguezia da Guaratiba aplicar a vaccina e acudir á pessoas atacadas de bexigas”[...] (Jornal A Actualidade, 6 de setembro de 1862).

Segundo Martins (2010), os seguidores da filosofia positivista no Brasil utilizavam os jornais de grande circulação para propagar as suas ideias, ao atacar a vacina de Jenner, os periódicos foram usados de forma bastante significativa para desacreditar a eficácia do imunizante. Mas esses questionamentos sobre a segurança da vacina antecedem a pregação positivista que data do período final da Monarquia e os anos iniciais da República, em que os seguidores de Auguste Comte no Brasil passaram a espalhar notícias falsas sobre os efeitos nocivos da vacina. Os jornais da época do período regencial também explicavam que havia um conhecimento errado sobre as vacinas e tentavam explicar ser um absurdo acreditar nessas falsas teorias.

[...] O erro da transmissão das molestias pela inoculação vaccinal, não existe, senão na ignorância das pessoas[...] Huma infinidade de pessoas de todas as classes pensão tambem que a eliminação da materia variolica, que supõe innata. He tanto mais indispensavel, quanto a sua persistencia prolongada na economia da vida pode dar o impulso a muitas e diversas afecções, e que segundo esta consideração, há vaccina eh nociva. Porém esta idéa, gerada pelo mais nojento humorismo, e pelo qual o organismo humano he transformado em huma especie de cloaca, onde os maos humores, e vagabundos estarião em hum estado de hostilidade constante para com órgãos solidos, esta em

contradição com a sã physiologia.[...]. (Jornal O Auxiliador da Industria Nacional, ano 2, janeiro de 1834).

Mesmo antes da revolta da vacina que ocorreu em novembro de 1904, existia uma certa resistência por parte da população em tomar o imunizante que combatia a varíola, aliado ao posicionamento de certos jornais que disseminavam notícias extremamente duvidosas sobre as vacinas, apelando para informações falsas. As autoridades de saúde planejavam criar mecanismos de eliminação para uma série de doenças, mas a desconfiança da população era muito grande.

Em razão disso, no início do século XX o Governo Federal brasileiro procurou controlar e eliminar a ocorrência de *morbis* contagiosos na metrópole carioca e, por sua vez, os saberes médicos buscaram orientar e determinar as atitudes que a população deveria adotar para se proteger das doenças. Em ambas as ações, as autoridades almejavam evitar o caos da sociedade, sufocando e coibindo distúrbios, revoltas ou tumultos. Entretanto, a desconfiança e a resistência da sociedade diante dos métodos preventivos tornaram-se notórios, principalmente aqueles relacionados à vacinação obrigatória. (QUARESMA, 2012, p. 16).

De acordo com Balalai e Bravo (2020), as vacinas causam algumas reações de caráter temporário, mas os benefícios superam em larga escala essas pequenas reações. Algum tipo de mal-estar pode ocorrer após o paciente tomar algum tipo de vacina como febre e dor no local da aplicação, mas o imunizante passa por algumas etapas que lhe conferem eficácia e segurança.

Como Martins afirma (2010), nem todos os positivistas eram contrários as políticas de vacinação obrigatória e invasão dos lares para realização de medidas que pudessem levar a melhorias sanitárias para combater as doenças. Havia um positivista chamado Pereira Barreto que se distinguia dos ortodoxos que eram avessos a imunização e visitas das autoridades sanitárias nas residências dos cidadãos no Rio de Janeiro.

Além da influência de Comte, Pereira Barreto sofreu grande influência das descobertas de Pasteur, o que o levou, por exemplo, a se posicionar favoravelmente à vacinação, se diferenciando dos ortodoxos por acreditar nos micróbios e bactérias, que para estes últimos pertenceriam ao mundo invisível. alguns pontos semelhantes aos de Oswaldo Cruz, de forma a argumentar a favor do combate ao transmissor da doença, liquidando os focos e os poços de água parada. Pereira Barreto também aceitava a invasão dos lares, se necessário fosse para liquidar de vez com as pestes que impediam o Brasil de se posicionar rumo ao desenvolvimento material, social, intelectual e moral. Ele era a favor da vacinação por acreditar nos benefícios que a vacina poderia trazer para o desenvolvimento da nação, pois uma vez tornado o Brasil um país salubre, atrairia a imigração europeia para trabalhar em solo brasileiro,

favorecendo a implementação de um novo jeito de pensar. Desta forma mudaria aos poucos o espírito da nação, rumo ao estágio positivo. (MARTINS, 2010, p. 80-81).

Nesse contexto, as autoridades estavam sempre empenhadas em realizar as tratativas de informar a população através da imprensa e garantir recursos públicos para a vacinação e explicar pelos periódicos de que o imunizante jenneriano era seguro e prevenia casos graves decorrentes da varíola, fazendo com que o Estado republicano interferisse na vida particular dos cidadãos.

A mobilização de esforços do governo, em tal contexto, impõe-se diante dessa situação de perigo público, como exigência tanto para se combater, efetivamente, a peste, quanto para se tranquilizar a população, aplacando-se o pânico generalizado causado pela possibilidade da morte iminente. Invariavelmente, o combate às pestes é marcado pela necessidade de intervenção do Estado na vida privada, com uma série de medidas de restrição forçada da liberdade individual. (PAULA, 2016, p.178).

O próximo subitem deste trabalho irá mostrar como as notícias falsas sobre a vacinação contra a varíola naqueles tempos atrapalhavam o processo de imunização da população no Rio de Janeiro.

3.2: Os Impactos das Notícias Falsas sobre a Vacina no Cotidiano da População

Refletir sobre como essas notícias realmente influenciavam o comportamento das pessoas por conta das notícias falsas é extremamente relevante para entender os mecanismos que fizeram eclodir a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. A sociedade sempre toma partido de algum lado quando se trata da política, e no caso da vacinação obrigatória contra a varíola não foi diferente.

O episódio conhecido como A Revolta da Vacina, ocorrido no Rio de Janeiro no início do século XX, propiciou uma série de reflexões que colocam a varíola e as propostas de organização dos serviços sanitários no centro de um debate mais amplo, nas esferas social, política e econômica. Sidney Chalhoub (1996), José Murilo de Carvalho (1987), Jeffrey Needell (1987), Nicolau Sevcenko (1984), Cláudio Bertolli Filho e José Carlos Sebe Bom Meihy (1999), Miriam Bahia Lopes (1996), Ângela Pôrto (1985) e Jaime Benchimol (1990, 2003), analisam sob vários aspectos esse momento da história da cidade e as causas que propiciaram o estopim dessa revolta popular, tanto pela ótica do estabelecimento do controle social, via medidas sanitárias coercitivas,

quanto por um foco de cunho político, econômico e social.(FERNANDES, 2010. p. 12).

Essa reflexão sobre a Revolta da Vacina deve ser ampliada no sentido de como esses jornais realmente conseguiam convencer as pessoas a não tomarem o imunizante contra a varíola. Não é possível tratar esse convencimento como uma hipnose ou um passe de mágica, existia toda uma opinião pública formada pelos jornais que eram o único instrumento da imprensa que existia naquele período com essa capacidade de difusão. Então nos resta a refletir que era por esse meio que a população se informava sobre os acontecimentos e tomava o seu lado.

Segundo Torres (2018), o movimento positivista no Brasil entrou em uma relativa decadência logo após os primeiros anos da proclamação da República, seus quadros não tinham um espaço grande no meio da sociedade brasileira. O único local em que a filosofia positivista encontrava influência eram os jornais, sendo que nesses periódicos eram onde os comtistas disseminavam sua ideologia, dúvidas e notícias falsas sobre as vacinas.

Observamos que no *Correio da Manhã*, as menções à vacina antivariólica ou à vacinação apareceram 213 vezes no período, sendo 206 somente no segundo semestre. Na *Gazeta de Notícias*, elas ocorreram 113 vezes, sendo 83 apenas no segundo semestre. Ao escolhermos analisar as discussões antes da Revolta, consideramos que as ações de vulgarização científica nos jornais podem ter estimulado o debate sobre o projeto de lei e contribuído, de alguma maneira, para a mobilização popular. (SALGADO, 2018. p. 14).

Um fato interessante é que apesar dos periódicos em muitas das ocasiões questionarem a eficácia e segurança das vacinas, ao mesmo tempo, esses mesmos jornais populares noticiavam produtos que ofereciam curas das mais variadas doenças, as vacinas eram desacreditadas e alguns métodos sem comprovação científica eram alardeados como se fossem eficientes para combater não só a varíola como outras enfermidades.

Aconselhamos com profunda convicção que tomem o Alcatrão Guyot, não só contra as bronchites, os catarhos as antigas constipações descuidadas, como também para preservar concerteza da febre typhoide, da varíola, e dum modo geral, de todas as molestias infecciosas. Um medico, nosso amigo, tratava ultimamente por meio do Alcatrão de Guyot, de uma molestia grave, que por deferencia do leitor, não designaremos. Pois bem, em oito dias o doente estava completamente curado. (Jornal Correio da Manhã, 1º de julho de 1902).

Não se pode analisar a Revolta da Vacina, única e exclusivamente como um fator fruto do produto de notícias falsas que eram disseminadas pelos jornais, existiam outros fatores que contribuíram para a antipatia da população ao projeto vacinal antivariólico, como a truculência da reforma urbana que veio junto com o projeto de lei obrigatório de imunização. Mas que os jornais desempenharam um papel extremamente relevante para que as pessoas se informassem sobre o projeto de lei e as notícias de caráter duvidoso ou não sobre as vacinas, é um fato notório, da mesma forma que os periódicos que iam no sentido oposto, o de estimular à imunização e fazer um esclarecimento sobre a segurança e eficácia da vacina.

A movimentação parlamentar em torno da lei da vacinação obrigatória gerou, nesses jornais, um esforço de popularizar a ciência e estabelecer um amplo debate sobre a vacinação. Entre editoriais, notas jornalistas sobre os debates na Câmara e no Senado, cartas de leitores e artigos de colaboradores, destacam-se as colunas de dois grupos de intelectuais. No *Correio da Manhã*, o médico, deputado republicano e opositor de Campos Sales e de seu sucessor Rodrigues Alves, Bricio Filho. Na *Gazeta de Notícias*, os médicos da Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro, republicanos e apoiadores da microbiologia e, assim, da ciência autorizada pelo Estado. Em ambos os casos, verificamos um esforço de divulgar a ciência por parte desses agentes isto é, fica clara a intenção desses grupos de se fazer chegar ao público não especializado esclarecimentos sobre a vacinação e a vacina, isto, é, informações sobre a segurança do método, a origem da linfa e a validade da imunização. (SALGADO, 2018, p.14).

As revistas médicas e periódicos populares eram uma forma de se obter a informação necessária e fazer o processamento dos acontecimentos políticos do País para que a população tomasse partido. Segundo Salgado (2018), o periódico *Correio da Manhã*, que se colocou contra o projeto de lei que tornava a vacinação obrigatória, produziu mais de duas centenas de menções a varíola e vacinação em 1904, ano da revolta da Vacina.

A atitude repulsiva da população contra o imunizante jenneriano não era exatamente uma novidade. Ainda no século XIX, a população do Império costumava repudiar tenazmente o imunizante, uma resistência que tinha uma raiz profunda na sociedade, não era algo repentino, o povo realmente se opunha a esse método de profilaxia.

Em seu relatório concernente ao ano de 1848, Jacyntho Reys já se alongara nas causas da rejeição à vacina. Ele se referiu com detalhes a um documento que lhe fora enviado por um comissário vacinador de Sergipe. O tal comissário fizera uma excursão pelo interior para “conhecer melhor o estado de vacinação” e ao seu relato de viagem “piatou” vivamente “o horror que a vacina incute na população; horror igual ao eu produz a bexiga, e que é até fomentado pelas próprias autoridades”. Tal “horror”, comentara um

comissário vacinador, fazia com que até os “mais arditos” levantassem “mão armada” contra os vacinadores.[...] (CHALHOUB, 1996, p.130).

Um grande dilema é saber como realmente as pessoas se informavam durante o ano da Revolta da Vacina, devido ao baixo grau de alfabetização. A instrução formal no Brasil daqueles tempos era extremamente precária, poucos sabiam ler e escrever, então se torna difícil fazer a demarcação de como essa informação sobre a disseminação de notícias falsas era lida ou como pelo menos chegavam para uma população majoritariamente analfabeta durante o Império e República. A ausência de instrução formal era muito grande no início do século XX no Brasil, como afirmava Peixoto (2008):

É natural: não temos e não podemos ter, ineducados, uma democracia — que pressupõe governo instruído e livre, monárquico ou republicano, — sem educação preliminar do povo para exercer o direito de escolha dos seus representantes, para cumprir os deveres de disciplina e tolerância. Pela estatística “oficial”, os analfabetos do Brasil são, em 1872-84%; em 1890, 85%; em 1900, 74%; em 1920, 75%. A minoria, se sabe ler e escrever, não tem, toda, a educação cívica indispensável. O que existe aqui, sob o nome de democracia, é apenas uma oligarquia político-militar, construída por políticos profissionais e militares que desdenham sua profissão, para a qual os nomes “monarquia” ou “república” são vestidos exteriores, desajeitados e sem medida. (PEIXOTO, 2008, p. 229).

Segundo o filósofo Platão (2017), essa preocupação com informações falsas é importante, pois em seu tempo já existia a necessidade de ter algum tipo de controle sobre as fábulas que eram produzidas, e pudessem chegar ao conhecimento dos jovens e crianças sem uma barreira prévia, devendo se criar uma forma de impedir a disseminação de informações inadequadas.

Sócrates — E não sabes que o começo, em todas as coisas, é sempre o mais importante, mormente para os jovens? Com efeito, é sobretudo nessa época que os modelamos e que eles recebem a marca que pretendemos imprimir-lhes. Adimanto — Com certeza.

Sócrates — Sendo assim, vamos permitir, por negligência, que as crianças ouçam as primeiras fábulas que lhes apareçam, criadas por indivíduos quaisquer, e recebam em seus espíritos entender, quando forem adultos? Adimanto — De forma alguma permitiremos.

Sócrates — Portanto, parece-me que precisamos começar por vigiar os criadores de fábulas, separar as suas composições boas das más. Em seguida, convenceremos as mães e as mães a contarem aos filhos as que tivermos escolhido e a modelarem-lhes a alma com as suas fábulas muito mais do que o corpo com as suas mãos. Mas a maior parte das que elas contam atualmente devem ser condenadas. (PLATÃO, 2017, p. 84-85).

Os jornais do Rio de Janeiro veicularam bastante matérias em que a vacina e a lei que previa a vacinação obrigatória eram atacadas simultaneamente. Notícias falsas e verdadeiras sobre o imunizante de Jenner disputavam o interesse dos leitores, mas apesar de haver periódicos anti e pró vacina, a oposição a vacina contra a varíola aparentava fazer mais sucesso, porque a Revolta acaba ocorrendo e suspendendo a lei obrigatória que postulava a vacinação. Podemos perceber que as notícias de estímulo as vacinas também existiam, como nesta matéria a seguir:

(...) Entretanto, com relação a vaccina jenneriana, inaugurada em 1796, a verdade robusta e clara como a luz do sol, resalta de factos contra os quaes não existe argumento, por mais capcioso capaz de vencel-a. Que melhor attestado valleria ao baluarte de sua segurança promunitoria, senão a lembrança de que nos paizes onde a vaccinação e revaccinação jennerianas são feitas periodicamente com proficiencia e escrupulo, a variola tem quasi desaparecido por completo.[...]. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 de agosto de 1904).

As notícias de caráter duvidoso chamavam bastante a atenção das pessoas, os periódicos foram muito incisivos em relação a essa temática de ataque com conotação negativa sobre a vacina. Os periódicos negavam inclusive o número de vítimas fatais da varíola e outras enfermidades potencialmente letais.

Mestre Oswaldo deve estar contentíssimo vendo consagrado a sua theoria sobre o Stegonya fasciata, pelo voto competente do Congresso Sanitario. Muito bem, mas... (Os senhores já repararam que este -mas – faz quasi sempre com efeito de uma ducha gelada?). Mas o Diabo é que a estatistica de mortalidade vai acusando um crescimento inquietador, e a febre amarella está matando em pleno mez de junho. A variola e a tuberculose reinam soberanas em todos os cantos da cidade, sem contar um sem numero de outras cousas inventadas para nos levarem desta para melhor. E o fundo negro do quadro em que resplandece a cabeça artística do Sr. Oswaldo Cruz, depois da sentença do Tribunal Sanitario. Quem quiser que bata palma a esse Rembandt da Hygiene... (Jornal O Malho, 18 de junho de 1904).

Além das notícias duvidosas sobre o imunizante, as autoridades sanitárias tinham que se debater não apenas com a divulgação desse tipo de notícia, elas muitas das vezes tinham que se deparar com as questões da liberdade de cada cidadão. Os periódicos contrários a lei que previa a vacinação obrigatória via como uma forma de tirania. A população da capital federal se informava de duas formas: as notícias falsas sobre o imunizante e as notícias que pregavam a liberdade de escolha.

Voltando a questão da obrigatoriedade, resta-nos acrescentar que mesmo na hypothese de serem os efeitos benéficos da vacina, unanimemente aceitos, nem assim ela poderia se tornar obrigatória, sem calçar os pés a consciência humana e as liberdades cívicas. Quanto ao signatário dessas linhas escriptas em seu nome pessoal, como simples cidadão, ele declara desde já que si semelhante violência for decretada preferira sofrer todas as penas da nova lei a submeter-se ou submeter as pessoas da sua família a tão degradante tyrannia. Terminares transcrevendo o seguinte trecho do ilustre cientista inglês Alfredo Russel Wallace: “Os sucessivos actos legislativos sobre vacinação foram votados graças as alegações completamente falsas de que todos falharam. Elles figuram como exemplos singulares na legislação moderna de uma intervenção brutal contra a liberdade pessoal e a santidade do lar; ao passo de que como tentativas para enganar a natureza ultrajada e evitar uma molestia zymotica sem destruir as insalubres condições que produzem ou propagam, a pratica da vacinação é inteiramente oposta a tudo quanto a sciencia sanitaria ensina e constitui um desses terriveis desatinos que pelas suas funestas consequencias de grande extensão são peiores do que o maior dos crimes”.(Jornal Correio da Manhã, 11 de agosto de 1903).

O movimento antivacina explorava a questão da arbitrariedade da lei, questionava além da qualidade do imunizante, a legalidade do Estado em violar o domicílio dos cidadãos para a aplicação do profilático jennერიano. Vários argumentos eram levantados pelos periódicos antivacinas, criando argumentos que iam muito além de uma narrativa única, havia um calhamaço de preposições que eles semeavam a dúvida, e afirmavam que a lei colocava em suspensão a própria noção de liberdade individual, onde o poder público invadia a propriedade privada e os corpos dos cidadãos.

Diante desse choque de posições, os higienistas brasileiros continuavam a se posicionar de forma autoritária, o diálogo direto com a oposição no sentido de esclarecimento era muito distante. As medidas que visavam combater as doenças e aplicação das vacinas era alheia ao diálogo, eram extremamente autoritárias.

[...]O sucesso das campanhas dependeu de regulamentações jurídicas que ampliaram o poder das autoridades sanitárias, sobretudo em relação à notificação obrigatória dos casos de doenças infecciosas. Para punir os “sonegadores de doentes” e outros infratores, criou-se uma instância específica do judiciário, o Juízo dos Feitos da Saúde Pública. Em maio de 1903, o projeto de lei que a reorganizava começou a tramitar no Congresso, onde foi duramente combatido pela oposição, tendo sido aprovado, com mutilações, somente em janeiro de 1904. Antes mesmo da nomeação de Oswaldo Cruz, o prefeito Pereira Passos havia intensificado a polícia sanitária nas habitações. Comissários de higiene e acadêmicos de medicina, divididos em turmas que eram acompanhadas por carroças da Limpeza Pública, vistoriavam domicílios do Centro e da zona portuária, recorrendo com frequência à polícia para expurgar reservatórios de água, bueiros, ralos e valas, desocupar sótãos e porões, confiscar galinhas e porcos, prescrever reformas imediatas ou interditar prédios considerados ruinosos e insalubres. Esse serviço foi incorporado à Diretoria Geral de Saúde Pública e se converteu no

Serviço de Profilaxia Específica da Febre Amarela. Oswaldo Cruz estruturou a campanha em bases militares, utilizando os instrumentos legais de coação e, em menor medida, meios de persuasão, os “Conselhos ao Povo”, por exemplo, publicados na imprensa pró-governamental, inteiramente mobilizada para a guerra contra os porta-vozes da oposição. A cidade foi repartida em dez distritos sanitários, com delegacias de saúde, cujo pessoal tinha a incumbência de receber as notificações de doentes, aplicar soros e vacinas, multar e intimidar proprietários de imóveis, detectar focos epidêmicos. A seção encarregada dos mapas e das estatísticas epidemiológicas fornecia coordenadas às brigadas de mata-mosquitos, que percorriam as ruas neutralizando depósitos de água com larvas de mosquito. Outra seção expurgava com enxofre e piretro as casas, depois de cobri-las com imensos panos de algodão, para matar os *Stegomyia* adultos, na forma alada. Os doentes mais abastados eram isolados (dos mosquitos) em suas próprias residências; os mais pobres iam para os hospitais de isolamento no Caju ou em Jurujuba, Niterói. (DELGADO; FERREIRA, 2018, p. 203).

Os jornais protestavam contra essa forma de legislação que desrespeitava as normas básicas de civilidade, onde os pobres, doentes e cidadãos de uma forma geral além de não ter uma atenção humanizada para as questões relacionadas ao atendimento em saúde pública, sofriam esse tipo de desrespeito. A população da Capital Federal sentia esse tipo de coerção e os periódicos protestavam veementemente contra o que eles chamavam de despotismo sanitário.

Segundo Mir (2004), o Estado brasileiro utiliza-se da violência e o extremismo étnico para atacar os pobres e todo e qualquer que ele julgar que é o seu inimigo, com o objetivo de submeter a sociedade e manter a sua hegemonia.

O espectro dessa discussão sobre a violência étnica do Estado brasileiro é muito vasto. Em permanente reciclagem do seu extremismo étnico agora criou o cidadão- bandido, que é pobre, favelado ou qualquer um. Os planos desse Estado de intensificar a guerra fria social e o conflito distributivista podem parecer irracionais, mas garantem a sua sobrevivência e a sua hegemonia. À primeira vista, paradoxal. O paradoxo se resolve-se quando os valores da hegemonia e da sobrevivência são adequadamente categorizados. Há maneiras legítimas de reagir às diversas ameaças à convivência social. Se os brasileiros se sentem desprotegidos, pela representação democrática e formal e informal autorizarão o Estado a tomar as medidas adequadas para responder à ameaça. Ele detém autoridade e legitimidade para agir segundo as suas próprias determinações e de atuar segundo elas. Resta aos brasileiros suportar esse uso da lei e da força e aceitar que ele se autonomeie juiz e carrasco [...] (MIR, 2004, p.169).

A violência é algo comum na anatomia do Estado brasileiro, e nesse ponto o Estado republicano não foi diferente. O questionamento a legitimidade da oposição popular ao projeto

de vacinação é geralmente mostrado como algo irracional, não são considerados os fatores do autoritarismo histórico das autoridades, a democracia total ainda não era uma realidade, o movimento sedicioso antivacinal foi tido como algo marginal, sem uma posição pautada na racionalidade.

Note-se que, apesar da importância do projeto de vacinação obrigatória –que teve consequências políticas graves, culminando no episódio conhecido como Revolta da Vacina –, a maior parte dos textos não se detém na polêmica suscitada por aquele projeto, quando a postura assumida por Oswaldo Cruz foi amplamente contestada, quer seja cientificamente, quer seja por diferentes setores sociais. A menção ao fato é utilizada para configurar o contraste existente entre as propostas inovadoras do cientista e o contexto social avesso a elas. A rebelião popular contra o projeto da vacina obrigatória, capitaneada pelos positivistas, é apresentada como uma atitude obscurantista e irracional, reveladora da incompreensão e da ignorância vigente, responsáveis pela violência que dominou a cidade do Rio de Janeiro. (BRITTO, 1995, p. 91-92).

Os jornais continuavam a se posicionar contra a vacina não só no plano da política interna, buscavam informar a população de que os vacinados contra a varíola em vários países europeus eram mais suscetíveis a morrer do que os não vacinados. Essas notícias de cunho duvidoso contra um método cientificamente comprovado de redução de mortes eram contestadas através desse tipo de arremedo de exemplos efetivamente não comprovados no exterior, de que o método de vacinação era ineficaz. Tomemos um exemplo dessas notícias que colocavam em xeque a eficácia da vacina:

[...]Porque é que na Allemanha é que a varíola mata mais as creanças, que são vaccinadas duas vezes, do que os adultos, que não estão mais sob influencia da vaccinação? Porque é que na Servia é igual a da Allemanha, a mortalidade por variola é 1.300 vezes maior? Porque é que no Japão, em que a vaccinação é o dobro da Allemanha, a mortalidade por variola é 53 vezes maior? Por que é que a vaccinação obrigatoria foi abolida na Suissa e na Inglaterra? E porque é que a variola não faz estragos em Leicester, onde quasi não se vacinna? Falando do cerco de Paris, dizeiz que as tropas francezas eram dizimadas por milhares e as alemmães ficaram completamente imunes. Onde lestes que as tropas alemmães ficaram completamente imunes? Porque foi que a vaccina não protegeu as tropas francezas, que eram igualmente vaccinadas e revvacinadas e foram revaccinaads na ocasião?[...] (Jornal Correio da Manhã, 15 de julho de 1904).

A engenhosidade da matéria do jornal citado mostra que eles escreviam diatribes sem qualquer fundamentação, incluindo estatísticas sem as fontes que poderiam corroborar as alegações na falha de proteção da vacina contra a varíola. Alegações de ferir a liberdade das

peessoas e notícias extremamente duvidosas tinham o nítido objetivo de combater a qualquer custo a imunização da população, com alegações não fundamentadas sobre o imunizante de Jenner. O objetivo das notícias falsas é ludibriar e disseminar em massa as informações enganosas.

O objetivo das notícias falsas é realizar um apelo para as questões pessoais e fazer com que ela seja replicada para o maior número de pessoas. Interessante que as notícias falsas geralmente utilizam os mesmos recursos, ou seja, a emoção e as crenças pessoais das suas vítimas para fazê-las acreditar no conteúdo fictício divulgado e também para que se tornem agentes multiplicadores dessas notícias (AGNOLETTO; BEZERRA, 2018, p. 101).

Os periódicos marcavam reuniões com o objetivo de discutir a lei que tornava a vacinação obrigatória, além de publicar o nome dos parlamentares que eram favoráveis ao projeto capitaneado pelo sanitarista Oswaldo Cruz, onde convocavam protestos.

[...]Pedem-nos a publicação do seguinte: “Os abaixo assignados em nome de seus collegas e companheiros que consideram o projeto de vaccinação obrigatoria, que ora se discute no Congresso Nacional, como attentatorio a liberdade individual e contrario aos generosos principios republicanos, convidam á classe academica e a mocidade em geral para uma reunião, hoje, ás 7 horas da noite, no salão do Centro das Classes Operarias, afim de deliberar, de commum accordo com o proletariado, sobre o melhor meio de fazer sentir aos poderes constituídos o profundo desgosto com que semelhante medida é por elles recebida[...] (Jornal Correio da Manhã, 2 de agosto de 1904).

Essa notícia chamava vários substratos da sociedade, onde seria realizada em um centro operário a reunião com os jovens sobre as ações que deveriam ser tomadas com a intenção de pressionar o governo federal. Os positivistas tinham alguns jornais e uma representação operária que era contrária a vacinação obrigatória, uma aliança importante para eles, o que demonstrava que essa era uma causa comum, não era de um grupo isolado e específico da sociedade.

O método higienista da República Velha operava dessa maneira, com bastante coerção, restando pouco espaço para uma política realmente democrática e com diálogo direto com a população. Os sanitaristas queriam impor suas políticas higienistas apelando para um discurso de modernização, ainda que autoritário.

No processo de mobilização da opinião pública a favor das práticas sanitárias oficiais, encontramos a força de sedução exercida pelas imagens da cidade do

Rio de Janeiro-cartão-postal, da cidade maravilhosa e da sala de visitas do Brasil. Durante nosso trabalho, não encontramos nenhum discurso fora deste quadro-referência que é o estandarte da remodelação urbana e das campanhas sanitárias, levadas no início do século XX. Mesmo as inúmeras denúncias e ironias dirigidas ao Código Sanitário, apelidado de 'Código de Torturas', à violência do 'Despotismo Sanitário' ou, ainda, às atividades coordenadas por 'Guilherme Tela de Arame', movem-se no interior dessa construção. (LOPES, 2001, p. 57).

Os jornais que eram contrários a vacinação compulsória, veicularam diariamente matérias contra a lei de imunização obrigatória, conclamando o povo para reuniões onde se debateriam as formas de resistência contra esse projeto de lei que eles consideravam arbitrário e feria as liberdades individuais. A mídia impressa serviu como forma de oposição ao projeto que eles consideravam tirânico, tendo os jornais da época um poder e um papel de extrema importância.

A mídia, desde sua ascensão é popularmente conhecida como “quarto poder” – em referência aos três outros, estatais, o que, por si só, expressa a influência que possui – que, contudo, atua de forma “extra institucional”. Afinal, é reconhecida pelo pensamento político, pelo Estado de Direito e pelo “senso-comum” como uma instituição cuja existência é pressuposto à democracia, a ponto de a adjetivação “democrática” apenas ser conferida a sociedades em que a chamada “livre manifestação da opinião”, notadamente por intermédio da mídia, possa se manifestar. Nesse sentido, à luz dos autores liberais anteriormente inventariados, pode-se perceber que à liberdade da mídia – tomada como pressuposto – deve-se contrapor sua responsabilização, o que implica órgãos do Estado e da sociedade aptos a tanto. Ressalte-se que está assertiva é legatária da tradição liberal e republicana, que se preocupou, como vimos, com “a fiscalização dos fiscais” e com “o controle dos controladores”, questões normalmente distantes tanto do pensamento político como do “senso-comum” [...] (FONSECA, 2011, p..54-55).

Alexis de Toqueville no livro “A Democracia na América” classifica que a imprensa tem um grande poder sobre a opinião pública, exercendo influência sobre todas as pessoas, incluindo para o impedimento de certos males.

A liberdade de imprensa não faz seu poder sentir-se apenas sobre as opiniões políticas, mas também sobre todas as opiniões dos homens. Ela não modifica apenas as leis, mas os costumes. Numa outra parte desta obra, procurarei determinar o grau de influência que a liberdade de imprensa exerceu sobre a sociedade civil nos Estados Unidos; procurarei discernir a direção que ela deu às ideias, os hábitos que ela fez o espírito e o sentimento dos americanos adotar. Neste momento, quero examinar tão-somente os efeitos produzidos pela liberdade de imprensa no mundo político. Confesso que não tenho pela liberdade de imprensa esse amor completo e instantâneo que se concede às coisas soberanamente boas de sua natureza. Aprecio-a em consideração muito

mais pelos males que ela impede do que pelos bens que ela faz. (TOQUEVILLE, 2005, p.265).

As notícias que explicavam as benesses da vacina tinham um padrão de informar adequadamente o leitor, fossem revistas médicas especializadas ou nos impressos populares, mas no extremo oposto, a imprensa de cunho positivista tinha como objetivo desinformar a população e insuflar a mesma contra o governo federal e as políticas de saúde pública do médico Oswaldo Cruz. O método higienista brasileiro era agressivo, o que levantava a desconfiança da população, pois a saúde pública se confundia com caso de polícia:

“Nas primeiras décadas do século passado, o XX, a noção de higiene social foi muito utilizada pelos defensores de reformas nas instituições de segurança pública para se referirem à repressão da criminalidade e à necessidade de uma ação exemplar por parte das polícias no Brasil” (MIR, 2004, p. 478).

No caso da Revolta da Vacina é importante destacar que a população agiu para impedir que a lei de vacinação obrigatória fosse efetivada. A forma autoritária com que essa política vacinal foi conduzida acabou fazendo com que amplos setores da sociedade se insurgissem contra o imunizante antivariólico. A revolta eclodiu causando estragos, onde o transporte público e vários órgãos de segurança pública foram atacados.

[...] Os bondes começaram a ser atacados, derrubados e queimados. Foram quebrados combustores de gás e cortados os fios da iluminação elétrica da avenida Central. Surgiram as barricadas, primeiro na avenida Passos, depois nas ruas adjacentes. Oradores subiam aos montes de pedras das construções e incitavam ao ataque. Na rua São Jorge, as prostitutas saíram à rua para aderir à luta contra a polícia, ficando uma delas ferida no rosto. Começaram os ataques às delegacias de polícia e ao próprio quartel de cavalaria, na Frei Caneca. Verificaram-se também assaltos ao gasômetro e às companhias de bondes.[...]. (CARVALHO, 1987, p. 104).

A ausência de um diálogo com a população civil sobre a vacinação obrigatória, os abusos cometidos contra os mais pobres, a demolição inadvertida dos cortiços na cidade do Rio de Janeiro, o desrespeito da brigada de mata mosquitos acompanhadas das forças legalistas forçou a população do Rio de Janeiro a reagir contra esses desmandos. A forma coercitiva e intempestiva do governo em impor a todo custo a vacinação obrigatória desembocou na revolta, que suspendeu a aplicação compulsória da vacina seguida de mais repressão como forma de punição por parte do poder do Estado.

No mesmo dia 16 o governo assume uma iniciativa sensata: revoga a obrigatoriedade da vacina antivariólica. Dada a repressão sistemática e extinta a causa deflagrada, o movimento refluí, então, até a completa extinção, tão naturalmente quanto irrompera. O levante militar, por sua vez, teve repercussão na Bahia, onde uma guarnição sublevou-se, sendo, porém, prontamente neutralizada, e no Recife, onde a agitação da imprensa favorável à revolta provocou algumas passeatas inócuas pela cidade. O governo tinha então as mãos livres para desencadear o seu furor repressivo. Os militares acusados da insurreição foram detidos e aprisionados; a Escola da Praia Vermelha foi fechada e seus alunos exilados para regiões de fronteira e em seguida desligados do Exército; os líderes civis foram encarcerados e processados por tribunais militares; os populares, perseguidos e presos aos magotes. (SEVCENKO, 2018, p. 25).

O saldo da política sanitária de Rodrigues Alves deixou um rastro de mortes, prisões e danos materiais muito extensos na cidade do Rio de Janeiro. A mobilização de vários setores da sociedade que viviam na capital federal mostrou a falha gritante de como a presidência da república agiu para vacinar a população e prevenir as mortes pela enfermidade que assolava a capital, que seria a varíola. O diálogo entre os governantes e a sociedade era algo diminuto no Brasil no ano de 1904, só alguns poucos setores da elite é que podiam abrir um canal de comunicação direto com os políticos, fossem membros do legislativo ou do poder executivo, dificultando ainda mais os problemas que existiam na sociedade como ausência de moradia digna, saneamento básico e atendimento de saúde pública humanizado para melhor dirimir os grandes males que afligiam a sociedade brasileira.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa elencou os grandes problemas endêmicos no Brasil durante a presidência de Rodrigues Alves, período em que ocorreu a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. O programa de imunização contra a varíola no Brasil era de longa data, já tinha uma cultura histórica da aplicação do imunizante quando a referida revolta eclodiu, mas igualmente antigo eram as formas de resistência a aplicação da vacina de Jenner em território brasileiro. Desde o período da Monarquia a dificuldade de convencer a população a se vacinar era grande, fosse por absoluta falta de informação ou da impossibilidade de se levar o profilático para os lugares mais distantes dos grandes centros urbanos.

Durante esse trabalho houve a possibilidade de compreender um pouco sobre a forma com que as autoridades republicanas atuavam para aplicar as medidas de saneamento básico e vacinação compulsória. A pesquisa apontou elementos importantes para entender o choque que ocorreu entre o Estado e a sociedade devido à política vacinal, como ausência de representação política, direito ao voto restrito e baixa participação popular na tomada de decisões políticas. O desrespeito para com a população de baixa renda, onde o governo federal derrubou cortiços das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro, invadiu casas das pessoas humildes e aplicou multas que desagradavam à população. Elencou situações macropolíticas, como a corrupção política que impedia o investimento necessário na área pesquisada que foi a saúde pública, pois o Estado brasileiro, seguindo a tese weberiana de Raymundo Faoro, é patrimonialista, onde não existe a distinção entre o público e privado nas questões políticas.

A produção de notícias falsas nos jornais foi objeto de reflexão dessa pesquisa, em que as matérias dos jornais descreviam os efeitos nocivos como doenças e mortes nas pessoas que tomavam o imunizante de Jenner, fruto de uma oposição política dos positivistas que recebeu apoio de uma parte da imprensa da época. Esse trabalho mostrou também outros jornais que incentivavam o uso da vacina contra a varíola e os embates entre o poder executivo, sociedade civil e a corte superior de justiça na luta pela aplicação e a resistência do imunizante antivariólico.

A pesquisa detalhou que as notícias falsas disseminadas nos periódicos podiam realmente mudar o comportamento das pessoas, insuflando a população contra o projeto de lei de vacinação obrigatória. Essa reflexão sobre o perigo e o poder das notícias falsas nos jornais foi importante para destacar como a imprensa aliada a políticos populistas podem desestabilizar as instituições e atentar contra a ordem constituída como foi no caso da Revolta da Vacina. Os positivistas distorceram o pensamento de Auguste Comte ao subverter a aceitação dele em

relação ao imunizante antivariólico, criando uma interpretação própria de posicionamento antivacina do positivismo brasileiro, onde a filosofia comtista seria alterada nos jornais oponentes do imunizante, disseminando notícias falsas sobre a vacina.

Houve uma abordagem em que pôde ser feita uma reflexão sobre outras questões concernentes ao uso da força pelo Estado republicano, como a influência do darwinismo social em amplos setores da sociedade brasileira que exaltavam as teorias naturalistas que faziam muito sucesso nos meios científicos no Brasil e no mundo, como as teorias da seleção natural de Charles Darwin e a sobrevivência dos mais aptos de Herbert Spencer que eram corolários de noções de luta pela vida e força. O racismo estrutural foi abordado nesta pesquisa, podendo trazer uma dimensão de como o Estado brasileiro fundamentou as suas estruturas do racismo. A obrigatoriedade da vacina foi bastante postulada nesse trabalho, levando a uma indagação de que se é possível e ético aplicar medidas coercitivas para impedir a propagação da varíola através da vacinação obrigatória.

O filósofo, senador e orador romano Cícero afirmava que a História é a mestra da vida, então nesse ponto essa pesquisa foi importante para trazer à tona um problema pouco conhecido do grande público que seria o movimento antivacina, uma posição política que existe desde o século XVIII, surgindo no mesmo tempo em que vacina contra a varíola.

A pesquisa tratou de uma maneira concisa sobre a falta de saneamento, exclusão política, social, repressão estatal e programa de vacinação com viés autoritário que não levava em conta os interesses dos cidadãos. É necessário entender todos esses mecanismos que existiram durante a Revolta da Vacina, onde políticas de infraestrutura e vacinação foram implementadas de uma maneira equivocada e atabalhoada, o que postergou o avanço de investimento em saúde pública que era benéfica e eficaz para a sociedade na totalidade.

Na atualidade, em tempos de pandemia do coronavírus, o Brasil e grande parte do mundo observa a ameaça do crescente poder das notícias falsas que são disseminadas através das redes sociais e aplicativos de mensagens para desinformar a sociedade e comprometer os esforços de vacinação contra a Covid19. Líderes populistas com um discurso exótico de que as vacinas são prejudiciais à saúde humana se proliferaram em vários países, levando a uma queda na cobertura vacinal, podendo fazer ressurgir doenças consideradas extintas, ou seja, uma ameaça sem precedentes à saúde humana.

Campanhas educativas de saúde nas redes sociais devem ser implementadas no Brasil para combater a desinformação que se proliferam de forma indiscriminada na internet, fazendo com que pessoas de todas as idades tenham dúvidas se devem se vacinar contra a covid, influenza e até os próprios filhos. As mentiras sobre as vacinas precisam ser combatidas

também nas escolas de educação básica, desmentindo às fake news da internet, e explicando que as vacinas foram e são importantes para o aumento da expectativa de vida das pessoas e melhorias na qualidade de vida, porque elas evitaram doenças e sequelas graves em todos os vacinados.

Combater às fake news sobre as vacinas será importante para o aperfeiçoamento da democracia brasileira e estabilidade das instituições políticas e sociais.

FONTES

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL Jornal do Brasil (RJ), Rio de Janeiro, 21 de set. de 1904. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&Pesq=vaccina%20c3%a7%20c3%a3o%20obrigatoria&pagfis=14776

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Tagarela, 26 de julho de julho de 1902. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709689&Pesq=sujeira&pagfis=174> .
acesso em 13/06/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: O Conciliador do Maranhão, 29 de abril de 1821. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749524&pasta=ano%20182&pesq=vacina&pagfis=38> acesso em 13/06/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Diario do Maranhão, 15 de janeiro de 1904. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720011&pasta=ano%20190&pesq=vacina&pagfis=36552> Acesso em 13/06/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Brazil Medico, 22 de abril de 1887. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=081272&Pesq=nina%20rodrigues%20negros&pagfis=10331> Acesso em 13/06/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Diario de Pernambuco (PE), 28 de JUNHO de 1890. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_07&pasta=ano%20189&pesq=imigrantes&pagfis=1153 Acesso em 13/06/2022

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL Tagarela, Rio de Janeiro, 4 de ago. de 1904. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709689&pasta=ano%20190&pesq=vacina&pagfis=1600> . Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Tagarela, Rio de Janeiro, 11 ago. 1904. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709689&Pesq=vacina&pagfis=1629>
Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Tagarela. Rio de Janeiro, 19 fev.. 1903. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709689&Pesq=variola&pagfis=416>
Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: O Malho. Rio de Janeiro, 23 jul. 1904. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=vacina&pagfis=2994>
Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Brazil Médico. Rio de Janeiro, 21 mar. 1887. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081272&pagfis=114> Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 21 jul. 1904. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=vacina&pagfis=6493 Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ). Rio de Janeiro, 21 ago. 1826. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=1304> Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: A Actualidade: jornal político, litterario, noticioso (RJ) . Rio de Janeiro, 6 set. 1862. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235296&Pesq=vacina&pagfis=980>
Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro. 2 jan. 1834. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=302295&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=612> Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1 jul. 1902. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=var%C3%ADola&pagfis=2050 Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Gazeta de Notícias. (RJ).. Rio de Janeiro, 24 ago.. 1904. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=vacina&pagfis=8229 Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: O Malho. Rio de Janeiro, 18 jun. 1904. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=alcohol&pagfis=2809> Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 11 ago. 1904. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&Pesq=vacina%20obrigatoria&pagfis=4372 Acesso em 13/06/2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 jul.1904. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&Pesq=vacina%20obrigatoria&pagfis=6456 Acesso em 13/06/2022.

BIBLIOGRAFIA

AGNOLETO, Celso Giovani; CLAYTON, Clayton da Silva. **Combate às Fake**: doutrina e prática (a visão do delegado de polícia). São Paulo. 1 ed. São Paulo: Editora Posteridade. 2019.

AGUIAR, Eduardo. **A Revolta da Vacina e o negacionismo dos positivistas**: como a política e os jornais boicotaram Oswaldo Cruz. 1 ed. Curitiba. Zelig, 2021.

APOLINÁRIO, Fabíola Vargas; SILVA, Francisco Rodrigues da; GONÇALVES, Paula Cristina Correia. A Importância da Educação em Saúde como Ferramenta a Favor da Vacinação Contra o Sarampo e o Combate ao Movimento antivacina e Fake News. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 2938-2949, out. 2021.

BALLALAI, Isabela., BRAVO, Flávia. **Imunização**: Tudo o que você sempre quis saber. 3ª edição Rio de Janeiro, RMCOM, 2017.

BARBOSA, Vanessa Maria. **O bota-abaixo de Pereira Passos**: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 5, p.227-242, 2011.

BENCHIMOL, Jayme Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: A Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene e Raça como Projetos**: higienismo e eugenia no Brasil. Maringá : Eduem, 2003.

BOARINI, Maria Lúcia. **Raça, Higiene Social e Nação Forte**: mitos de uma época. Maringá, Eduem, 2011.

BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz**: a construção de um mito na ciência brasileira [online]. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

CAMERCINI, Taise Fernandes; ROSA, Camila Andrade Pereira da; GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. A Varíola nos tempos de Dom Pedro II. **Cadernos de História da Ciência**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2011.

CAMPANTE, Rubens Goaytá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, pp. 153 a 193

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; CASTRO, Hebe Maria Matos de,; FRAGOSO, João Luís Ribeiro,; VAINFAS, Ronaldo. **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

CARRETA, Jorge Augusto. Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul.-set., p.677-700, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: a Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLICK, Thomass; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali. **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, História e saúde collection, 2003.

COSTA, Cruz. **O Positivismo na República: Notas Sobre a História do Positivismo no Brasil**. 5º. Ed. São Paulo: Editora Nacional. 1956.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **O discurso higienista e a Ordem Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

DA CRUZ, Alda Maria; MATTA, Nubia Estela; PINTO, Eduardo Fonseca. Vacinas: progressos e novos desafios para o controle de doenças imunopreveníveis. **Acta biol. Colomb.**, v. 16, n. 3, p.197-212, 2011.

DARWIN, Charles. **A Origem do Homem e a Seleção Sexual**. 4. ed. São Paulo, Hemus, 1974.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. 1. ed. [S.l.]: Ayon, 2017. E-book. 568 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves,; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 10 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2018.

DURÃES, Fabíola Alice dos Anjos; MONTEIRO, Paulo Henrique Nico; OLIVEIRA, Adriano Dias de. Edward Jenner e a Primeira Vacina: estudo do discurso expositivo adotado em um Museu de Ciência, Khronos, **Revista de História da Ciência** nº 7, agosto 2019.

DUTRA, Delamar José Volpato. 2020, o ano da peste: considerações sobre a vacinação, a partir de Kant. **Estudos Kantianos**, Marília, v. 9, n. 1, p. 185-200, Jan./Jun., 2021.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. [s.l.]. Globo. 2001.

FERNANDES, T. M.: Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 10, 2003.

FILHO, Claudio Bertolli. **A História da Saúde Pública no Brasil**. Ática, 4. ed. São Paulo. 2000.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, PP 41-69. julho - dezembro de 2011.

FRAGA, Clementino. **Vida e Obra de Oswaldo Cruz**. 2nd ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. **Uma Contribuição à História do Combate à Varíola no Brasil**: do Controle à Erradicação. 2006. 233 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. **Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

JANCSÓ, Istvan. **Brasil**: formação do estado e nação. São Paulo. Hucitec, Ed. Unijuí,, Fapesp.2003.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos Costumes**. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis, RJ: Vozes; 2013.

LEITE, José Márcio Soares. **A Medicina no Maranhão**: da colônia a república. 1º ed.[s.n], São Luís 2018.

LIMA, João Horácio da Silva. A vacinação obrigatória na perspectiva do Supremo Tribunal Federal. **Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit.**, Brasília, 10(1): jan/mar., 2021

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. companhia editora nacional, São Paulo. 1964.

LOPES, Maria Bahia. **O Rio em Movimento**: quadros médicos e(m) história 1890-1920. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

LOSURDO, Domenico. **Nietzsche**: o rebelde aristocrata: biografia intelectual e balanço crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

MARQUES, Eduardo Cesar. Da Higiene à construção da Cidade: O Estado e o Saneamento no Rio de Janeiro. **História, Ciências, saúde – Manguinhos**, Vol. II (2) JUL-OUT 1995.

MARTINS, Gabriela Pereira. Repensando o Positivismo. CSOnline: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, n. 9, jan./abr. 2010.

MAYER, Arno, J.. **A Força da Tradição**: a persistência do antigo regime. São Paulo, Companhia das Letras. 1987.

MENDES, Maria Isabel B. de Souza; NÓBREGA, Terezinha P. da. O Brazil-Médico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.209-219, jan.-mar. 2008.

MIR, Luís. **Guerra Civil**: Estado e Trauma. São Paulo, 1º ed. Geração Editorial. 2004.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves de; COLLET, Neusa; VIEIRA, Cláudia Silveira. A Humanização na Assistência Médica à Saúde. **Rev Latino-am Enfermagem**. março-abril; 14(2):277-84. 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973. (Temas Brasileiros II/ IBRADES).

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PAULA, Rodrigo Francisco de. **Estado de Emergência na Saúde Pública e Intervenção Estatal na Vida Pivada**: Para Além da Invasão e da Revolta. Vitória, 2016. 244 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. 2 ed. [S.L]. Editora Nacional. 1944.

PEREIRA, Thales Augusto Zamberlan. Mortalidade entre brancos e negros no Rio de Janeiro após a abolição. **Estudos Econômicos**, vol 46 no. 2. São Paulo, Abril/Junho 2016.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia** : difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador) 2 ed. – Salvador : EDUFBA, 2011.

PLATÃO. **A República**. 3 ed. [s.l.]. Edipro. 2019.

QUARESMA, Paulo Sergio Andrade. **Urbe em tempos de varíola**: A Cidade do Rio Grande (RS) Durante A Epidemia de 1904-1905. 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

ROCHA, Cristina Maria Vieira da. Comunicação social e vacinação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos [online]**, Rio de Janeiro, v. 10, suppl 2, p. 795-806, 2003

SALGADO, Aline Silva. **A Revolta da Vacina**: a vulgarização científica na grande imprensa no ano de 1904. 128 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Elizângela da Silva. A América Latina indivisível: a influência do positivismo no projeto intelectual de José Enrique Rodó. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, no 40, p. 380-414. set/dez 2015.

SCHWARTZ, Lilia Moritz, **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Preto**: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. 1 ed. São Paulo; Companhia das Letras, 2017.

SCHWARTZ, Lilia Moritz; Starling, Heloísa M.. **A Bailarina da Morte**: A gripe espanhola no Brasil. 1 ed. São Paulo; Companhia das Letras, 2020.

SCLIAR, Moacir. Orelha. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações 30 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003. (Série C. Projetos e Programas e Relatórios).

SEVCENCKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpos Rebeldes**. [s. l.]: 1º ed. Unesp, 2018.

SHIMIZU, Natiely Rallo. Movimento antivacina: a memória funcionando no/pelo (per)curso dos sentidos e dos sujeitos na sociedade urbana. **Revista do Edicc**, v. 5, n. 1, out. 2018.

SHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. 3 ed. [s.l], Cengage Learning. 2014.

TOQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América: leis e costumes** De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O Positivismo no Brasil**. Brasília, Edições câmara. Ed. 2, Brasília. 2018.